

TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PLANO DIRETOR

Realizada no dia 20 de julho de 2019, das 9:00h às 12:00h

Início: 9:20h

ERNANDO MARTOS JR. - Bom dia a todos, bom dia. Bom, vamos dar início à Audiência Pública, convocada pelo Poder Executivo e pelo ConCidade. É uma Audiência Pública para apresentação e apreciação do Anteprojeto de Lei Complementar que aprova o Plano Diretor do Município de Mogi das Cruzes e revoga a Lei Complementar nº 46, de 17 de novembro de 2006. Agora são nove e vinte. Gostaria de agradecer a presença de todos. Nós vamos dar início aos trabalhos de hoje, com a leitura do regulamento da audiência pela arquiteta Renata. Após a leitura do regulamento, o Secretário Claudio fará uma breve exposição sobre o tema. Em seguida, nós faremos a composição da mesa diretora para, então, darmos início ao uso da palavra aos inscritos. Informamos que as inscrições estão acontecendo na recepção do evento. Agora, gostaria de chamar o nosso vice-prefeito, Juliano Abe, para a abertura da nossa audiência. Bom dia.

Vice-prefeito JULIANO ABE - Bom, senhores, muito bom dia! Muito mais, uma palavra de saudação e de gratidão aos nossos colaboradores da Secretaria Municipal de Planejamento e de todas as demais Secretarias que compuseram o início do plano de trabalho dedicado à revisão desse Plano Diretor. Agradecer a cada um dos conselheiros que fizeram parte desse processo de construção desse anteprojeto, agradecer a todas as entidades parceiras desse Poder Executivo, sejam elas governamentais, ou sejam elas associativas. Nós precisávamos muito, mas, muito mesmo, dar sequência nesse processo de planejamento urbano da nossa cidade. A paisagem urbana da nossa cidade, ela modificou de maneira muito drástica nos últimos 15 anos. É óbvio que nós colhemos bons resultados tanto de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e desenvolvimento ambiental da nossa cidade, desde a criação do Plano Diretor em 2006. Mas, a verdade é que o mundo muda, e a verdade é que, baseado principalmente no planejamento estratégico que nós passamos a dedicar em conjunto com a Câmara Municipal pra essa cidade, pelos próximos 20, 30, 40 anos, isso demanda, obviamente, um replanejamento. Isso demanda, obviamente, um novo olhar pra dentro da nossa cidade, resguardando, colocando as novas legislações que vieram desde 2006 e passaram a vigorar, esses novos regramentos, mas, principalmente, colocando um novo olhar de mundo pra dentro de nossa cidade. E esse é o objetivo pelo qual todos nós estamos aqui, hoje, reunidos pra discutir a nossa casa, pra discutir a nossa cidade. Só tenho a agradecer a presença de cada um de vocês e a contribuição que eu tenho a absoluta certeza que vocês vão dar pra enriquecer esse nosso processo democrático. Obrigado, gente!

ERNANDO MARTOS JR. - Bom, como dito, agora nós vamos à leitura do regulamento da Audiência pela arquiteta Renata.

RENATA HARADA - Bom dia. Vamos fazer a leitura aqui, do regulamento da Audiência. A participação da Audiência Pública obedecerá às seguintes regras: 1 - A Audiência Pública será promovida pela Prefeitura de Mogi das Cruzes, sendo responsável pela sua organização a Secretaria de Planejamento e Urbanismo, por meio de seu Secretário e Servidores, com a colaboração do Conselho Municipal da Cidade de Mogi das Cruzes - ConCidade; 2 - A Audiência Pública é um evento público que permite a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão; 3 - A Audiência Pública realizar-se-á com a finalidade de obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas concernentes ao Anteprojeto de Lei Complementar que aprova o Plano Diretor do Município

de Mogi das Cruzes e revoga a Lei Complementar nº 46, de 17 de novembro de 2006; 4 - A Audiência Pública será realizada com exposição e debates orais, na forma disciplinada neste regulamento, sendo facultada a apresentação de perguntas escritas e manifestações orais e os interessados em se manifestar, oferecer informações e subsídios deverão comparecer no local e fazê-los por escrito, identificando-se para o registro de todas as solicitações recebidas; 5 - Ficam convidados a participar da Audiência Pública a sociedade civil, órgãos públicos responsáveis pelo tratamento das questões a serem debatidas, entidades representativas da sociedade e de setores interessados na área objeto da discussão, bem como todo e qualquer cidadão que se interesse pelo tema; 6 - A Audiência Pública terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local de realização; 7 - A Audiência Pública terá início no local, data e horário previstos, com a formação da Mesa Diretora, que será composta pelo Secretário de Planejamento e Urbanismo, na condição de Presidente da Audiência Pública, por um membro do ConCidade, por um representante do Poder Executivo Municipal e por um representante da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Mogi das Cruzes - AEAMC. A Mesa Diretora designará um servidor da Secretaria de Planejamento e Urbanismo para exercer a função de Secretário dos trabalhos, a quem incumbirá providenciar o registro, pelos meios adequados, de todas as fases da Audiência Pública, bem como lavrar a respectiva ata; 8 - Durante a Audiência Pública será mantida no recinto, para livre consulta dos Participantes, cópia da minuta do Anteprojeto de Lei Complementar que aprova o Plano Diretor do Município de Mogi das Cruzes e revoga a Lei Complementar nº 46, de 17 de novembro de 2006; 9 - A Audiência Pública desdobrar-se-á em duas fases: a fase inicial, de exposição sucinta do tema e da proposta feita pelo Poder Executivo, em no máximo trinta minutos, e por considerações de uma entidade do ConCidade, em no máximo dez minutos, e do representante da AEAMC, em no máximo dez minutos. A segunda fase, onde serão ouvidas as Entidades da Sociedade Civil Organizada e os representantes da sociedade civil presentes, com três minutos para cada, sendo que o tempo de duração da Audiência Pública será de no máximo 3 três horas; 10 - Compete ao Presidente da Audiência garantir a palavra a todos os participantes inscritos, assim como aos expositores convidados, bem como manter a sua imparcialidade, abstando-se de emitir juízo de valor sobre as opiniões ou propostas apresentadas pelos partícipes; 11 - Para a participação nos debates durante a Audiência Pública, por meio do uso da palavra ou manifestação por escrito, os interessados deverão assinar a lista de presença e fazer a sua inscrição na entrada do evento; 12 - A ordem de inscrição determinará a ordem de participação dos inscritos; 13 - Caberá ao presidente da Audiência Pública decidir sobre a pertinência das intervenções escritas e orais com o objeto em debate e a aceitação ou não de participantes não inscritos, nos termos deste Regulamento, em atenção à boa ordem do procedimento e respeitando o direito de livre manifestação das pessoas; 14 - Cada pessoa inscrita terá direito a uma única manifestação para apresentação das sugestões ou comentários, que deverão ser realizados em até três minutos, podendo ser ampliado pelo Presidente da Audiência Pública para melhor esclarecimento do assunto, obedecida a ordem de inscrição. Em havendo necessidade, serão dados três minutos para réplica à contribuição feita; 15 - Esgotada a apresentação a respeito da sugestão, passar-se-á aos demais, sucessivamente; 16 - Havendo quantidade de inscritos que torne impossível a oitiva de todos, a Secretaria de Planejamento e Urbanismo recolherá as contribuições por escrito que serão registradas e constarão da Ata da Audiência Pública; 17 - Terminadas as exposições e manifestações, o Presidente dará por concluída a Audiência Pública; 18 - A Audiência Pública não ultrapassará o horário previsto para o seu término (12 horas); 19 - Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora; 20 - A Secretaria de Planejamento e Urbanismo ficará responsável pela divulgação e publicidade da Ata da Audiência Pública, tornando-a disponível no site da Prefeitura em até quinze dias após a realização do evento; 21 - Todas as propostas de emenda ao Anteprojeto de Lei Complementar que aprova o Plano Diretor do Município de Mogi das Cruzes e revoga a Lei

Complementar nº 46, de 17 de novembro de 2006, deverão ser anotadas em formulário próprio e encaminhadas para apreciação, competindo à Administração Pública, por meio das Secretarias envolvidas, responder fundamentadamente quanto ao acolhimento ou não das alterações sugeridas, e, se for o caso, ofertar respostas em até vinte dias úteis da data da Audiência Pública, conjuntamente com as respostas às sugestões encaminhadas pela população durante o período de Consulta Pública, que teve início em 29 de abril de 2019 e término em 15 de julho de 2019; 22 - O Anteprojeto de Lei Complementar que aprova o Plano Diretor do Município de Mogi das Cruzes e revoga a Lei Complementar nº 46, de 17 de novembro de 2006, com as alterações pertinentes, deverá ser publicado no sítio eletrônico da Prefeitura de Mogi das Cruzes e deverá permanecer pelo prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de divulgação das respostas ofertadas às sugestões coletadas durante o processo de Consulta Pública e na Audiência Pública, aguardando manifestações a respeito de eventuais modificações introduzidas. Versão impressa da minuta de anteprojeto de lei complementar com as alterações pertinentes também estará à disposição dos interessados para consulta no Departamento de Uso e Ocupação do Solo da Secretaria de Planejamento e Urbanismo, no 2º andar do Prédio Sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes, por igual período de tempo; 23 - As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações emitidas no evento ou em decorrência deste, terão a finalidade de informar a atuação da Administração Pública, contribuindo para observância dos princípios da transparência, isonomia e eficiência, assegurando a participação popular, na forma da lei, na condução do interesse público; 24 - A relevância da matéria recomenda ampla divulgação do projeto, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento, principalmente a população do Município. Acho que acabou.

ERNANDO MARTOS JR. - Brigado, gostaria de agradecer à arquiteta Renata pela leitura do regulamento. Lembrando, então, que, de acordo com o regulamento, os nossos trabalhos deverão se encerrar até as doze horas. Agora, convido o Secretário Claudio para fazer a sua exposição sobre a proposta do novo Plano Diretor do Município.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado.

SÍLVIO MARQUES - Antes do senhor Secretário começar, só por gentileza, é rapidinho. Nós temos... Eu e mais algumas pessoas, a gente trouxe documento e ofício nominal ao Secretário. Queria saber qual o momento pra gente protocolar e receber o ofício do senhor...

CLAUDIO RODRIGUES - Quando a gente abrir a discussão, você já pode apresentar pra nós, Sílvio.

SÍLVIO MARQUES - Até porque, eu tenho observado aqui, participei, uma das... fazer a minha colocação. Eu participei de algumas oficinas e acabei vendo que não foi levado em consideração. Então, me coloco em dúvida, alguns pontos do processo, até mesmo o que eu conversei com o senhor na segunda-feira. Então, queria que levasse em consideração, e, se fosse possível...

CLAUDIO RODRIGUES - Eu vou, vou explicar pra vocês, a gente vai receber o material, tá bom?

PAULO ERNANI B. SANTOS - Seu Secretário, só um minuto. É que a Audiência tá começando atrasada e o rapaz disse que vai terminar meio-dia...

CLAUDIO RODRIGUES - Só se for necessário, a gente vai passar um pouquinho do horário, sem problema nenhum. Bom dia a todos. Farei uma breve apresentação aqui, na sequência, conforme já lido, a gente compõe a mesa pra iniciar os trabalhos da Audiência. Bom, o Plano

Diretor é uma lei municipal que orienta o crescimento e o desenvolvimento urbano de todo o Município, é um trabalho que tem que contar com toda a participação da sociedade civil. Por isso, ao longo desse último um ano e meio de trabalho, muitos dos senhores que estão hoje, aqui neste auditório contribuíram, participaram e hoje, ainda, trarão novas sugestões pra que a gente possa definir, justamente, esses instrumentos de planejamento urbano que vão reorganizar os espaços da nossa cidade, garantindo a melhoria da qualidade de vida da população, no período dos próximos dez anos. Atualmente, a nossa lei de Plano Diretor é a Lei Complementar nº 46, que foi aprovada em 17 de novembro de 2006, de acordo com o Estatuto da Cidade e com a Lei Orgânica do Município. Quando a gente fala da nossa cidade de Mogi das Cruzes, é uma cidade muito antiga, de 458 anos, com grande área territorial, 721 km², com 440.000 habitantes, com uma área urbana de 286 km². Onde a gente tem que olhar? Quais são os potenciais, quais são os nossos desafios a serem seguidos? Sem esquecer das nossas riquezas, como o Rio Tietê, a Serra do Itapeti, a Serra do Mar, os nossos patrimônios materiais e imateriais. Então, essas foram as matrizes, a estrutura da discussão desse Plano da cidade que nós temos. Dentro desse trabalho, a gente teve toda uma estrutura, que de início, do lançamento do processo de revisão, lá, em dezembro de 2017, depois, a gente teve, entre novembro e janeiro, análise, diagnóstico dessas ações, e, nisso, a gente fez o Seminário de Visão de Futuro, depois, a gente teve as Oficinas Territoriais, que foi todo..., a primeira rodada que a gente teve, andando em cada um dos bairros, que eu vou mostrar pros senhores. Ao longo de todo esse processo, a gente teve auxílio, tanto do ConCidade, que conta com um técnico, um grupo técnico específico do Plano Diretor. Nós tivemos, também, depois, a partir dessa primeira rodada de diagnóstico, o estabelecimento do Alinhamento dos Conceitos e Estratégias Principais do Plano Diretor; tivemos um terceiro momento, as Modelagens, Ensaios e Instrumentos Urbanísticos. Nesse momento, a gente voltou para novas Reuniões Temáticas e Setoriais, já levando essas propostas, até que combinou, na etapa 4, na construção de cada um dos mapas que estão aqui e da minuta de anteprojeto de lei, onde a gente chega, hoje, exatamente nessa discussão da proposta da Audiência, tendo, ainda pela frente, a deliberação final do ConCidade, depois o encaminhamento à Câmara Municipal, do anteprojeto de lei. Como eu falei, a nossa cidade, ela tem uma área territorial muito grande. Se a gente pegar de Taiapuêba, ao sul, a Chácara Guanabara, a gente tem quase 70 km de distância. Então, a gente dividiu a cidade em 22 territórios, e, desses 22 territórios, a gente realizou uma audiência em cada uma delas, sendo que no Taboão foram realizadas duas audiências - uma, mais na área, das áreas das indústrias, da AGESTAB e outra, mais na próxima da Cooperativa Agrícola Itapeti. Aqui, só vou passar muito rápido, mas, uma das oficinas - volta só um pouquinho - do que a gente fez: Mogi Moderno, Santa Tereza, Cezar de Souza, Biritiba Ussu, Taiapuêba, Chácara dos Baianos, AGESTAB, Jundiapéba, Vila Oliveira, Pindorama. Então, mostra essa rodada que a gente teve, de mais de 50 reuniões que foram realizadas, e reuniões setoriais, como reuniões das áreas de Mineração, áreas da Agricultura e Meio Ambiente, reuniões com os vereadores na Câmara Municipal, reuniões sobre Desenvolvimento Econômico e Turismo, sobre Mobilidade Urbana, Habitação. Novas rodadas entre Meio Ambiente e Agricultura, Desenvolvimento Econômico, todo esse processo de evolução do trabalho, deliberações em conjunto, informando sempre o ConCidade - o Conselho Municipal da Cidade, entre julho de 2018 e agosto, a gente fez as oficinas devolutivas. Então, através do agrupamento, a gente fez 14 oficinas devolutivas: Mogi Moderno, Jardim Margarida, Cezar de Souza, Biritiba Ussu, Taiapuêba, entre outras várias localidades; Vila Oliveira, na Associação dos Engenheiros e Arquitetos, onde se contribuiu junto, de todo o processo. Reunião do setor imobiliário, o setor técnico da Associação de Engenheiros e Arquitetos, reuniões com o Conselho Municipal de Inovação e Tecnologia, todos os conselhos da Prefeitura foram envolvidos. Reunião com o ConCidade, reunião com a Câmara Temática de Desenvolvimento Urbano Sustentável, específica do ConCidade, é onde ela faz a leitura de todos os produtos, a avaliação pra que a gente recomendasse, e

chegasse no dia de hoje, na Audiência. São os membros do ConCidade. Outra reunião temática de Mineração, de Indústria. Em setembro, a gente fez as oficinas específicas, já com cada um dos mapas, oficinas abertas a todos aqui. Então, essas são fotos de oficinas de Macrozoneamento, Distritos, Abairramento e ZEIA - Zoneamento Especial de Interesse Ambiental. Novas discussões do Setor Imobiliário, junto com o CT-DUS, com a Câmara Temática do ConCidade. Oficina de Desenvolvimento Econômico, de Zoneamento Especial de Interesse Social, pra habitação de interesse social. Junto com a Procuradoria-geral do Município, até pra que os procuradores internos ajudassem na instrução da própria minuta de anteprojeto de lei. Oficina, aqui, de centralidades dos instrumentos urbanísticos. Novas reuniões do CT-DUS, ConCidade. Isso mostra o quanto do trabalho desenvolvido ao longo desse um ano e meio foi produzido junto com a sociedade. A reunião deliberativa do ConCidade, que acabou definindo, em outubro, o parecer técnico. Parecer técnico - é onde esse parecer técnico recomendava que o Plano Diretor fosse encaminhado na discussão, em audiência, depois das oficinas. Reunião com o Conselho de Meio Ambiente - COMOMA. Nova reunião deliberativa do ConCidade. E, ao longo desse ano, a gente, já com a minuta e com os mapas, foram realizadas várias reuniões ao longo desse primeiro semestre, principalmente com a Associação de Engenheiros e Arquitetos e com o ConCidade, pro refinamento desse produto. Associação, ora aqui, ora reuniões específicas na Secretaria, reunião no COMPHAP, questão do patrimônio, também temos no Plano. Até que em 29 de abril, nós publicamos todo esse material no site, todos os mapas, toda a minuta de anteprojeto de lei e iniciou mais uma etapa do processo de construção através da participação da população, onde foram colocados todos os 14 mapas pra download, a minuta de anteprojeto de lei, e, nesse momento, a gente também possibilitou que o cidadão fizesse - pode passar mais um - a consulta, a indicação sua, através de um artigo, a sugestão, pra que contribuísse pro incremento do Plano. Essa fase, sim, chegou agora no 15 de julho e, hoje, ainda, a gente tá recebendo as contribuições, seja por meio de escrita ou falada, que nós teremos na sequência. Dum balanço de 29 de abril a 15 de julho, nós recebemos 96 contribuições, sendo dessas 96 contribuições: 24 de pessoas físicas, 3 pessoas jurídicas empresariais, 5 entidades, como a Associação dos Moradores da Vila Oliveira que está aqui hoje representada, a Associação de Engenheiros e Arquitetos e Agrônomos, também aqui está representada, a Associação Nacional das Entidades de Produtores e Agregados para Construção que também está aqui representada, da Rede Nossa Mogi, não sei se alguém está representando aqui, e a Associação de Moradores do Bairro do Beija Flor. Essas cinco entidades já se manifestaram por escrito e hoje, também terão voz para se manifestar com mais inserções. E, aí, dentro dessa análise, essa é a cidade de Mogi das Cruzes, que a gente tem, muito próximo da cidade de São Paulo, de toda a região metropolitana e a gente vê que esse adensamento de aglomerado urbano já toca em Mogi, seja aqui, na divisa entre Suzano e Mogi, em Jundiapéba, ou nos bairros da divisa, mais ao norte. Então, essa cidade, a gente foi fazer a avaliação dela, do seu desenvolvimento. Então, a gente vê essa primeira mancha urbana acontecendo em '53, nessa área onde a gente se encontra no dia de hoje, alguma... com algum vestígio de aglomeração urbana em Jundiapéba e a gente vai observando a evolução da cidade. A cidade cresceu no sentido leste-oeste, muito em função da linha férrea, do Rio Tietê, em função da Serra do Itapeti, aonde a gente chega em 2016, hoje, com 287 km² na nossa área urbana, 40% da área do município. Não significa que isso tudo está ocupado, consumido. O que está edificado é exatamente onde a gente ocupa, é onde essa mancha amarela que vocês estão vendo, por exemplo, esse fragmento que tem entre essa área mais sede de Mogi, em Cezar de Souza. É justamente, é o nosso Rio Tietê passando, essa área que a gente vê ao norte, a Serra do Itapeti. Nossa área de ZUPI, do desenvolvimento das indústrias, mais ao norte e os nossos núcleos mais isolados, seja Taiapuêba, Biritiba, Nove de Julho, Quatinga, mais ao sul. Então, esse foi o grande desafio onde todos nós participamos, de entender o momento da cidade de 2006, onde se deu a versão do último Plano pra agora, o que é que a cidade avançou, o que ela tem de potencial,

o que ela tem de desafio, um pouco com olhar de futuro pros próximos dez anos. Dentro desses dados, a gente cruzou várias informações, desde densidade populacional, vulnerabilidade, aonde tá concentrada a nossa maior mancha de emprego, como que a gente olha esse impacto, essas questões na vida da cidade. As nossas matrizes ambientais, então, a Serra do Itapeti, a APA do Rio Tietê, nossa riqueza de Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais situado ao sul e, dentro de todo esse processo, a gente chegou nos princípios do Plano Diretor. São três princípios, de ter uma cidade conectada e igualitária, então, de forma que a gente possa facilitar esse movimento entre os bairros, garantindo um acesso mais igualitário entre equipamentos; valorizar e estreitar os laços que Mogi tem, em função da escala metropolitana. Quando a gente fala da cidade compacta e qualificada é pra que a gente tenha a qualificação urbana de diversas centralidades que a gente identificou como centralidades, tanto consolidadas ou aquelas que têm que ser qualificadas, de modo que a gente reduza cada vez mais esses deslocamentos, que a gente tem. Muitas vezes, a necessidade de alguém que mora em Jundiapéba e precisa procurar um serviço de saúde aqui na cidade ou mora em César de Sousa e atravessa a cidade inteira pra trabalhar em Jundiapéba. A gente tem que entender um pouco melhor esse desequilíbrio acontecendo ao longo do tempo, no tecido urbano, pra que a gente possa ter uma cidade mais sustentável e inovadora. Sustentável, não só no aspecto da preservação e valorização do nosso patrimônio ambiental e cultural, mas, também, pensar nas questões do momento que a gente vive hoje, da diversificação da nossa economia, incentivo da atividade da indústria criativa, da agricultura familiar que ainda é muito da agricultura, não só familiar, mas, tem muito a agricultura que é muito forte no nosso município. Da questão do turismo, que se tornou uma das vertentes do nosso município ao longo dos últimos anos, e, sem dúvida nenhuma, valorizar a pujança dos nossos comércios e serviços, que é muito significativo na nossa cidade. Então, desses se referiu os três princípios do Plano Diretor, que deram na sequência, os objetivos: redirecionar o crescimento da área urbanizada; qualificar o conjunto de centralidades existentes; orientar e qualificar a produção imobiliária, com equilíbrio na oferta de emprego e infraestrutura adequada; garantir o cumprimento da função social da propriedade; promover o patrimônio ambiental do município; proteger e preservar o patrimônio histórico, cultural, arquitetônico e artístico; promover o turismo; fortalecer as atividades econômicas nas áreas rurais, até por uma questão de contenção dessa urbanização e manutenção da preservação ambiental; ampliar a acessibilidade urbana, fortalecendo as conexões entre as diferentes centralidades, com ênfase no sistema de transporte público; promover o ordenamento do território e o planejamento do processo de urbanização; ampliar o acesso à habitação de interesse social e reconhecer o papel do município na Região Metropolitana de São Paulo. Dentro disso, o produto do qual hoje a gente tá hoje, discutindo na Audiência, essa minuta de anteprojeto, ela tem 248 artigos, 15 quadros e 4 anexos. Resultou na produção de 14 mapas, os quais eu vou apresentar rapidamente, agora. Então, o primeiro mapa é o mapa de Macrozoneamento, onde a gente tem a leitura do território e a classificação em macrozonas dos territórios de qualificação da urbanização e de preservação ambiental e rural. Esse se torna o novo perímetro urbano e rural de Mogi das Cruzes. Saindo dos 286 km² que a gente tem hoje, chegando a 293,48, com alguns ajustes, hoje, que a gente já tem uma precisão dentro das matrizes de geoprocessamento, dos mapas, a tecnologia que a gente tinha em 2006, é diferente do que a gente tem hoje, em 2019, então, isso permitiu aperfeiçoar esses limites administrativos e geográficos dentro do perímetro urbano. Dentro das propostas de consulta, a gente teve a proposta de criação de dois novos distritos, no vetor norte, o distrito do Taboão e Alto do Parateí. Todos, antes, integravam, em 2006, o distrito-sede, onde Mogi passará a ter dez novos distritos. Dentro do abairramento, os senhores sabem que a nossa cidade é formada por loteamentos, então, na figura oficial, não existe bairro. O Plano Diretor vai criar a figura de bairros, de abairramento. Nós teremos a criação de 104 bairros, onde o cidadão vai saber exatamente onde, em que bairro que ele mora. Por exemplo, se a gente fala hoje, na região

de Braz Cubas, o cidadão não sabe aonde é Vila Lavínia, onde é o centro de Braz Cubas, onde é o Santos Dumont, onde é o Jardim Aeroporto. Então, a partir do abairramento, a gente vai ter a unidade geográfica do bairro definida que vai acabar evoluindo nos próximos anos até na definição do desenvolvimento dos planos de bairro. No mapa 05, a gente tem o conjunto de centralidades. Então, foi identificado três centralidades consolidadas - o centro Estudantes, o centro Tradicional e Braz Cubas; duas centralidades a qualificar - Jundiapéba e César de Sousa; e duas a induzir - Kaoru Hiramatsu e Perimetral Sul. Dentro disso, também foi feito junto com a Coordenadoria de Habitação e com a população, o mapa de ZEIS, onde traz os mapas em Regularização Fundiária e Urbanística e os mapas de Regularização Fundiária e Urbanística das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais, além dos mapas da identificação das áreas de Provisão para Habitação de Interesse Social. No mapa 07, a gente tem as áreas de desenvolvimento econômico, sejam as Áreas Preferenciais de Mineração, as Áreas Preferenciais em Agro turismo e Produção Agrícola Familiar e as Áreas de Indução Industrial. No mapa 08, a gente tem o zoneamento especial de interesse ambiental, então, ele demonstra todos os parques urbanos naturais em área de esporte, recreação; as áreas de proteção e preservação ambiental com restrição de usos e as áreas de recuperação ambiental. O mapa 09 traz a questão do centro histórico tradicional, principalmente em função do nosso patrimônio. O mapa 10, de 2006 pra cá, nós tivemos a aprovação e a criação do plano de mobilidade. Então, através do plano de mobilidade, hoje, a gente consegue ter um mapa muito mais estruturado na questão do sistema viário. Nós ainda temos, por ser uma cidade antiga, várias ações a serem implementadas, como a construção do anel viário, que até hoje não está completo. Nós tivemos, no final de semana, a implantação da Avenida das Orquídeas que é um importante corredor de ligação com a região leste de São Paulo, o Rodoanel, mas, todas essas, ainda são vias, são projetos tanto da área rural da nossa cidade, ao extremo norte, na região do Taboão, como na área mais urbana consolidada de obras que serão importantes na captação de recursos e estruturação pra questão de mobilidade do nosso município, traz o mapa 10 de Sistema Viário. Nós temos, é importante destacar que, ao longo de todo processo, as universidades tiveram um papel fundamental na construção desse plano, e, destaque entre eles, a criação do Corredor Ecológico Municipal, onde, dentro dos vários diagnósticos, foi identificado através de fotos de satélites, a possibilidade de ainda a gente ter vestígios de matas nativas, onde permite a conexão entre a área da Serra do Mar com a Serra do Itapeti, nesse vetor leste da cidade, após Botujuru, entre Botujuru e Sabaúna. O mapa 12 traz justamente as áreas de intervenção urbana, então, são áreas que sofrerão significativo processo de urbanização ou que precisam ter um contexto diferente de abordagem como Taiapuêba e Sabaúna. Esse é o mapa mais técnico sobre coeficiente de aproveitamento, então, mostra exatamente, em função das centralidades, onde a gente tem os coeficientes de aproveitamento, os índices urbanísticos. E esse é o coeficiente básico, que ao longo do tempo, a gente tem a questão dos coeficientes, só alterando em função até da análise de um território. Pode ir. Importante dizer que antes do término desse trabalho, o próprio Plano Diretor foi apresentado na premiação do Instituto de Arquitetos do Brasil, onde dentro do departamento de São Paulo, este Plano Diretor, por todo produto, por toda forma que ele foi construído, ele ganhou um prêmio na área de urbanismo, justamente, então, isso foi um momento onde a equipe sentiu e foi reconhecida que está no caminho certo, de olhar da cidade, de construção das matérias técnicas, de discussão de toda a sociedade. Esse foi um prêmio que o Plano ainda não concretizado, aprovado pelos vereadores e em análise pela sociedade, mas, dentro dos órgãos técnicos, do Instituto dos Arquitetos, acabou recebendo essa premiação na categoria de urbanismo, planejamento urbano, um reconhecimento de ser um plano extremamente técnico e atualizado dentro da matéria de urbanismo. É lógico que hoje - só volta um pouquinho - dentro do hoje, a gente tá mostrando os produtos desses mapas, mas, pra chegar nesses mapas, vários estudos foram feitos, desde estudos pontuais, desde modelagens urbanas, até da aplicação dos instrumentos. Todo esse material está no processo administrativo, pra chegar nesses mapas

e todos os produtos, anteprojeto de lei, houve muito trabalho, muito desenho, muita discussão pra aperfeiçoamento, até pra que a gente possa receber novas contribuições. Importante dizer que a gente vai partir agora, pro próximo momento dessa Audiência, cada um dos senhores farão proposições, sugestões do qual a gente vai contar, receber as contribuições. Até quinze dias do dia de hoje, a prefeitura publicará na íntegra, a ata da Audiência Pública, de tudo que nós estamos discutindo e falando aqui. Eventualmente, nós vamos receber propostas de emendas, já temos recebido e recebemos lá, as contribuições anteriormente, receberemos novas contribuições. Essas contribuições, naturalmente, farão alguma alteração no produto e esse produto será submetido novamente e publicado, a versão final em função da Audiência Pública, pros senhores, em até 20 dias úteis desta Audiência. Então, só pra dizer que os senhores falarão, a gente hoje, vai computar tudo, receber as informações. Vai ter uma análise pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo junto dos demais órgãos que fazem parte do Plano Diretor pra fazer uma avaliação de cada uma das sugestões, até pra que a gente possa aprimorar o anteprojeto de lei que a gente tá recebendo aqui. Então, quando só, destacando, Sílvio, quando você falou da proposta, realmente, façam as propostas, porque é a partir dessas propostas que a gente vai poder ajustar alguma coisa ou outra, não, que ainda tem pra contribuir no trabalho. Quanto à apresentação técnica era isso, acho que agora vai compor a mesa, pra gente iniciar os trabalhos. Obrigado a todos.

ERNANDO MARTOS JR. - Bom, seguindo a nossa Audiência Pública, nós iremos agora à composição da mesa. Então, convidamos para a mesa, o Secretário de Planejamento e Urbanismo e presidente do ConCidade, o arquiteto Claudio Rodrigues. Convido o advogado Caio Vano, membro do ConCidade e representante da Sociedade Civil Organizada pelas Entidades Profissionais, Acadêmicas, de Pesquisas e Conselhos Profissionais, pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (17ª Subsecção de Mogi das Cruzes). Convido o arquiteto Nelson Batalha, presidente da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Mogi das Cruzes e convido o arquiteto Sander Norio, representante do Poder Público Municipal. Passo a palavra agora, ao Presidente.

CLAUDIO RODRIGUES - Bom dia a todos. Vamos iniciar a nova fase da nossa Audiência, quero agradecer primeiro a presença do nosso vice-prefeito Juliano Abe, sempre dando suporte à gente nas instruções técnicas, acolhendo nos seus conhecimentos, nas diversas áreas, principalmente na área ambiental. Agradecer aqui, o vereador Antonio Lino, também, que é o representante da Câmara Municipal que está próximo, com a gente, não só na discussão do Plano Diretor, mas todas as discussões da cidade. Agradecer a presença, aqui, vou passar a fala pro Nelson, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos, de todos os membros que têm nos ajudado em todo o processo de construção do Plano Diretor, antes do serviço, nas discussões de como que a gente desenvolveria o trabalho. Agradecer ao ConCidade, na presença do dr. Caio Vano, que também tem participado de todas as discussões, atuante do ConCidade há muito tempo, participando desde o Plano de 2006 junto com a gente e, agradecer em nome da nossa arquiteta, Diretora do Departamento de Uso e Ocupação do Solo, a Renata, a todos os funcionários, como o Sander, arquiteto da Secretaria, que tem nos ajudado muito. Antes de iniciar, agradecer também, a presença do dr. Jamil Hallage, que, sem dúvida, nos ajuda muito em todas as questões, não só de mobilidade, mas, nas questões que a gente tem enfrentado na cidade, os desafios. É uma cidade que tem muitas oportunidades, mas muitos ajustes, por isso que a gente tá junto, aqui, nesta manhã de sábado, pra discutir as questões da cidade, um olhar de desenvolvimento urbano sustentável pros próximos dez anos. Os senhores viram que é um assunto de muitos temas, de muitas visões e a gente precisa estar junto pra achar o melhor caminho pra nossa cidade, pra uma cidade que tem muita pujança, mas que tem de se sobrepôr ao momento econômico do país, trazendo geração de renda, desenvolvimento econômico e qualificação

pra nossa cidade. Conforme estabelece o regulamento, eu vou passar pra fala do representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos, pro representante do ConCidade e, na sequência, a gente abre pra toda a Audiência, pra manifestação livre de cada um, conforme estabelecido no nosso regulamento. Obrigado a todos.

NELSON BATALHA - Boa noite, pessoal. Muito legal tá aqui hoje, reunido no sábado de manhã pra tratar de um assunto muito importante na nossa cidade que é o Plano Diretor, que é o vetor da nossa cidade e agradecer aqui o Claudio, a prefeitura, o vice-prefeito, a nossa participação da nossa cidade que foi muito importante pra evolução desse trabalho. Então, tomara que façam bastante pergunte, questione bastante, porque isso, pra mim, é a democracia. Ao que todos têm direito de expor e (...), que aqui aconteça. Então, eu agradeço a todos, sim, muito obrigado e boa noite pra todo mundo.

CAIO VANO - Bom dia a todos. Gostaria, primeiramente, de agradecer a oportunidade de poder compor essa mesa, de participar de um importante instrumento de urbanização da nossa cidade. Ter a oportunidade de ter feito algumas contribuições, algumas acatadas, outras não, mas, isso faz parte do processo democrático. Isso mostra a lisura do procedimento. Agradecer à Secretaria todo o apoio e toda a educação, tudo que nos proporcionou, essas diversas reuniões, pude participar de diversas delas com a participação popular, foi intensa. Agradecer ao Poder Executivo na pessoa do vice-prefeito Juliano Abe, muito obrigado, obrigado ao Claudio e ao Poder Legislativo na pessoa do vereador Antonio Lino. E, chegamos, agora, na oportunidade da população. Quer dizer, a participação popular vem sendo feita desde o dia 15 de junho, que abriu - 29 de abril - que abriu pra consulta pública, pras pessoas poderem dar sua opinião. Dessas contribuições das pessoas físicas, duas foram minhas. Fiz as contribuições, foram acatadas, outras não, mas isso é o bacana. Não é... é a participação de todos no procedimento. E, nós temos agora o Plano Diretor, como destacado pelo Claudio, ele vai dirigir a nossa cidade pelos próximos dez anos. A próxima revisão é daqui a dez anos de acordo com o que estabelece o Estatuto da Cidade, a Lei 10.257. Então, isso é um planejamento do futuro, como o próprio nome diz, o Plano Diretor, ele vai dirigir a cidade nos próximos anos. O que é que Mogi das Cruzes quer para os próximos anos? É isso que foi, dessas reuniões, o que foi colhido, e a apresentação do produto, hoje, vai ser colhido, vão ser dadas as respostas, e, depois, vamos ver culminar no projeto final, onde não terminou! Aí, não param os nossos representantes, que nós elegemos na Câmara dos Vereadores. Por isso, é importante a participação, aqui representando os vereadores, o vereador Antonio Lino. Então, lá vai ter mais discussão, não encerra aqui, hoje. A Audiência Pública tem um rito, cada um vai ter oportunidade de falar e obedecer, sim, senão, todo mundo não tem condição de se ofertar suas contribuições. Então, os vereadores... culmina na Câmara dos Vereadores esse projeto. Não significa, não sei, como eu falei, não participei de todas as reuniões, mas, que eles não participaram do processo. Ou um, ou outro, deve ter participado no processo, participou, não sei, não tenho esses dados, eles participaram... E lá, vai ser debatido. Ainda, a bola não foi passada. Essa foi a parte técnica. Por isso, que se fala que a iniciativa da alteração do Plano Diretor deve ser do Poder Executivo. E depois, vai para o Legislativo. Um dos vícios, às vezes discutido no Judiciário, são os dois maiores vícios: a falta de participação popular, a falta de publicidade e o outro vício é de iniciativa, não ser feito pelo Executivo. Esse Plano Diretor tá respeitando esses dois, duas das maiores discussões que esbarram no Judiciário. Então, agradecer a presença de todos, a palavra agora, vai ser dada na medida das inscrições de todo mundo, vão ser contribuídas. Agradeço a oportunidade, estamos aqui para poder melhorar a cidade de Mogi das Cruzes. Muito obrigado, Claudio.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, doutor Caio. Bom, agora, partimos pro debate, pras sugestões, pras contribuições, lembrando, só, que cada pessoa que for falar, tem direito a

três minutos, durante a sua fala. Sendo necessária e, se assim, virem que se faça necessária pro esclarecimento de todos, a gente tenha mais três minutos. Nós estamos iniciando essa parte do debate às dez e seis, então, vamos colocar mais duas horas e meia aqui, de discussão. Essa primeira parte tomou cerca de trinta minutos, pra gente estender o nosso trabalho, se assim for necessário, até meio-dia e trinta e seis, pra ser britânico, tá bom? Nós já recebemos algumas contribuições por escrito, todos os senhores podem passar pra nossa equipe. Eu tenho aqui, registrado pra primeira fala, o senhor Newton Muniz. Senhor Newton, por favor. Alguém vai levar o microfone pro senhor, pra fazer o uso da palavra, por favor.

NEWTON MUNIZ - Bom dia a todos. Então, eu já me senti basicamente respondido pelo senhor Caio, que exatamente é um plano ainda, ele não tem ações que já está em andamento, pelo que eu entendi. Então, porque eu tava muito interessado nos mapa, nos itens 07 até 09 que tratava das questões ambientais, principalmente na área sul e eu pensei que já tivesse algumas dessas ações em andamento, mas, parece que ele só tá planejada, ele não está, não tem nada em andamento ainda não, na questão de recuperação e proteção da área sul, principalmente, e também, como foi citado em várias reuniões desse tipo, por exemplo, na questão da área norte do Itapety, aqueles avanços das mineradoras lá, meio sem critério, meio sem registro. Essas duas áreas que eu tava interessado, mas, pelo que eu entendi, tá só no planejamento ainda, só após a aprovação que haverá realmente das ações sendo efetivadas. Então, eu considero que está respondida, está entendida a minha dúvida. Muito obrigado.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, seu Newton. Agora, passo a palavra a Ana Sandim, da Associação de Engenheiros e Arquitetos.

ANA SANDIM - Parabéns pelo trabalho, porque a gente sabe que leva muito tempo pra arrumar, viu. Vamo lá. Primeira parte - compartimentação dos territórios. Nós..., a questão do abairramento é maior, mas nós continuamos com fragilidades na região sul. Porque quando você faz o abairramento, você pega glebas, que vão ficar parte na zona rural, parte na zona urbana. Isso eu tô tendo problemas sérios, então, eu sugiro protocolos. Que a prefeitura invista em protocolos entre CETESB, cartório, INCRA, porque os órgãos não estão se conversando. E, como Mogi tem a maior porção de território em área ambiental e há necessidade de intervenção desses órgãos, e agora está entrando o IBAMA, muito seriamente, pra estabelecer critérios e, principalmente, que o município faça parte das aprovações nessa área. Pois eu, quando ando em Taiaçupeba, Quatinga, estou vendo atividades urbanas sendo desenvolvidas em áreas de fragilidade ambiental com licenciamentos que não são condizentes com a realidade. A ampliação de agros indústrias, o cara coloca que tá produzindo cogumelo, mas, além de produzir, ele embala e foge do critério do INCRA e da questão da CETESB. Então, que o município abra para verificação e aprovação de projetos nessa área. Isso já está previsto na 15.913 e essa última legislação de área de planejamento e verificação dos mananciais. Tanto para a parte sul como para a parte norte, porque, quando a gente anda numa parte norte, divisa, Novo Horizonte, Jardim Mônica, que é a parte ligada a Suzano, também existe uma outra fragilidade ambiental, temos uma via cortando, e está existindo uma ampliação de atividades que, quando você vai pegar essas bordas, que nós estamos trabalhando hoje, nós vamos ter uma outra questão, que são os eixos de urbanização. Querendo ou não, esses bairros têm interligação. Então, como vamos trabalhar nisso, como é que vai fazer essa borda desses bairros, que vai acontecer com a bendita da Avenida das Orquídeas, que é excelente, precisávamos, mas estamos numa área frágil ambiental. E queira ou não, nós vamos ter construção. Como é que nós vamos trabalhar? Então, quando a gente for verificar essa compartimentação, que abra dentro da lei, um capítulo ou item especial pra cada caso ser estudado e com audiência pública, viu? Por exemplo, no caso, vai ser lá em Taiaçupeba, ter uma audiência com os

moradores com a região sul. Vai ser no Taboão, tem uma audiência. E outro caso específico é o Jefferson. Nós precisamos tratar essa parte do compartimento, do território que tá indo de uma forma muito irregular.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Ana. Agora, passa o microfone pra contribuição do senhor Jorge Trípode. Por favor, seu Jorge.

JORGE TRÍPODE - Bom dia a todos. Meu nome é Jorge Trípode, eu faço parte da Associação dos Moradores da Vila Oliveira e Adjacências. Eu tenho uma pergunta aqui pra fazer pro Secretário. De acordo com o artigo 29 da Constituição Federal, o município é regido por uma lei orgânica, votada em dois turnos, intervalo mínimo de dez dias. E é aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: cooperação das associações representativas no planejamento municipal. Artigo 156 da lei orgânica do município: "A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Município, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes, assegurando: a participação de entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos que sejam concernentes." Em nenhum momento, a Associação dos Moradores da Vila Oliveira foi chamada oficialmente pela Prefeitura pra participar desse plano. Onde está as pontações da Associação da Vila Oliveira e outras associações? Eu não vi, assim, que outras associações participaram também. Uma segunda pergunta, no mapa do abairramento da Vila Oliveira comparado com o Jardim Armênia. Tá incluso o vetor. A Vila Oliveira, agora, vai constar como Jardim Armênia, o que entra em conflito com a lei de zoneamento, a ZOP-3, permitindo, assim, a entrada de edifícios, de comércio de modo geral dentro do bairro da Vila Oliveira, entendeu? Vai poder expandir todo esse... Então, qual é a solução para isso? Não seria interessante tirar esse pedaço do Jardim Armênia do bairro, a Vila Oliveira?

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Jorge. Com relação à participação popular, a participação é aberta a todos, não é feito um convite oficial. Todo mês, através da participação, da divulgação da imprensa, os próprios editais da prefeitura, o público está discutindo desde novembro de 2017, todos têm pleno conhecimento. A presença de vocês aqui, a participação que vocês já fizeram por escrito, mostra isso, da participação de vocês. Do aspecto legal, de repente, o dr. Caio pode até falar um pouquinho melhor, vou passar pra ele. Com questão ao abairramento, o abairramento foi um trabalho feito junto com a comunidade, nós tivemos, inclusive, uma reunião na Associação de Engenheiros e Arquitetos mostrando esse limite de abairramento lá. Agora, a gente anota a sugestão de você aqui pra ver essa questão da Vila Oliveira/Jardim Armênia, só lembrando que, com o Plano Diretor vai fazer novos preceitos urbanísticos, que naturalmente, na sequência, vão induzir, necessitar uma revisão da nossa atual lei de uso e ocupação do solo. E não independe isso, que a gente tenha dentro de um mesmo bairro, zoneamentos distintos. Pode ser que a gente continue com o mesmo território, com a ZOP-3, ou que não, isso é um estudo que vai um pouquinho mais pra frente, dentro da lei de uso e ocupação do solo. Não sei se você quer contribuir alguma coisa com a questão mais regimental?

CAIO VANO - É sobre a questão só da publicidade, só pra dar uma satisfação ao Jorge, ao seu Jorge, obrigado pela contribuição, seu Jorge, sempre é muito importante esclarecer. Primeiramente, houve a divulgação, a realização em edital. Você não chama associação A ou associação B, porque o município não tem, efetivamente, às vezes, o cadastro. Ela é constituída no cartório, na divergência de imóveis, e ela não tem a quantidade, a especificidade de quantas associações existem no município de Mogi das Cruzes, por exemplo. O edital, o

chamamento, é a ampla publicidade de todos os cidadãos da cidade de Mogi das Cruzes pra discutir isso daí. Foi feito um edital de chamamento no início da discussão do Plano Diretor, tivemos oportunidade até, inclusive, de palestrar, foi no Theatro Vasques, mais de trezentas pessoas, umas trezentas pessoas lá, não me recordo, muita gente e aí foi o início da proposta da discussão do Plano Diretor. Fora isso, diversas, rádio, comunicação, televisão, tive oportunidade até de participar de alguns programas pra discutir o Plano Diretor. Mas, oficialmente, de acordo com a legislação, o chamamento é pelo edital. Todas as audiências públicas, da disponibilização de minuta e hoje, com a tecnologia se alia isso à disponibilização no site da prefeitura, onde todos podem consultar e fazer as propostas, tá joia? Muito obrigado pela contribuição, viu, seu Jorge, muito obrigado.

CLAUDIO RODRIGUES - Passo a palavra agora, pra senhora Jane, também, da Associação. Jane, por favor.

JANE R. P. de LIMA - Eu acho que eu nem preciso usar. A minha vida inteira eu dei aula, minha vida inteira. (Claudio - Jane, põe só o microfone pra todo mundo ouvir a senhora) Sim, mas... Muito obrigada, Selmo. Inicialmente, bom dia a todos vocês. E eu queria dizer que a gente, nós, da AMVOA, gostaríamos que registrasse em ata que essa presente audiência está sendo realizada em período de férias escolares, quando milhares de moradores da cidade, incluindo pais e estudantes, estão fora da cidade, o que conflita com a garantia de que, em toda audiência pública relacionada com a elaboração do Plano Diretor, deve ser garantida a presença de todos os cidadãos e cidadãs, nos termos da Resolução do Ministério da Cidade/Conselho das Cidades, número 25/205, artigo 8º, inciso IV; ressalta-se que o anteprojeto aqui em discussão revoga o Plano Diretor vigente. Também a gente gostaria que constasse em ata, que seja registrado, então, que a Prefeitura de Mogi das Cruzes, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo está descumprindo o Estatuto da Cidade que, em seu artigo 40..., em seu artigo 40, parágrafo 4º, inciso II, determina que os poderes legislativo e executivo municipais garantam publicidade quanto aos documentos e informações produzidas no processo de elaboração do Plano Diretor, considerando que, na página eletrônica da Secretaria de Planejamento, relacionada ao anteprojeto de alteração do Plano Diretor, não constam até a presente data, as atas das reuniões temáticas, das reuniões devolutivas e das atas das reuniões de conclusão de grupo de trabalho e inteiro teor das sugestões, críticas e propostas encaminhadas pelos cidadãos via link próprio disponibilizado pela mesma secretaria de forma que tais documentos e informações estão sendo omitidas ao público em geral. Registra-se, também, que a Secretaria Municipal de Planejamento não informa ao cidadão o recebimento de sua sugestão, crítica ou proposta encaminhada por esse link, viciando a transparência desse processo. Duas perguntas: a Prefeitura, por meio de suas secretarias, ou de qualquer de seus órgãos, contratou alguma empresa, ou pessoa física, ou recebeu de forma gratuita, de alguma empresa ou pessoa física, minuta de anteprojeto do novo Plano Diretor de Mogi das Cruzes? Segunda: como será realizado o processo decisório de inclusão no anteprojeto do novo Plano Diretor, das propostas aos cidadãos?

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, dra. Jane. Bom, só esclarecendo alguns pontos pra senhora aqui, respeito todas as pontuações que a senhora fez, mas é importante demonstrar pra todos que estão aqui, todos que estão aqui participaram do processo que a Prefeitura, a Secretaria de Planejamento está, sim, cumprindo o Estatuto da Cidade, está, sim, cumprindo todas as regras que são necessárias pra realização dessa audiência ou pra construção de um trabalho tão importante como é o Plano Diretor, principalmente porque a gente tá vendo a cidade não só como um único bairro, ou só pra um único lugar, a gente tá olhando pra cidade como um todo, dos 721 km² que a gente tem no município, visando o desenvolvimento da nossa cidade pros próximos dez anos. Então, a gente tem muita tranquilidade de toda a

condução e toda a transparência do processo. É lógico que todo o processo administrativo do Plano Diretor está na Secretaria de Planejamento pra consulta de cada um dos senhores, o processo é público e lá estão constando todas as atas, todos os trabalhos, todas as informações que são necessárias. No site da prefeitura é colocado, não está, com as principais informações? Mas o processo administrativo tem todas as informações que se fazem necessárias. Então, é importante só esclarecer isso, e está também..., é importante dizer, quando fala que não tem transparência ou que não recebeu, a própria apresentação que eu fiz anteriormente já mostrou quantas contribuições a gente recebeu, de quais entidades fizeram as contribuições, inclusive da Associação dos Moradores da Vila Oliveira e Adjacências, tá bom? Agora passo pro dr. Paulo Ernani fazer as suas considerações. Obrigado.

PAULO ERNANI B. SANTOS - Bom dia. Inicialmente, gostaria de dizer que o senhor não respondeu à pergunta da nossa colega Jane. O senhor não disse se contratou ou não e também não disse como será o procedimento. Em relação também à colocação do Jorge, a Constituição fala na cooperação das associações no artigo 29. É óbvio que os moradores de qualquer ponto da cidade, inclusive fora da cidade pode participar. Agora, há uma razão, o senhor que é advogado, sabe tão, ou melhor do que eu, que se a Constituição coloca aqui, cooperação das associações representativas no planejamento municipal, tá dando um destaque maior. É a mesma coisa a lei orgânica do município de Mogi das Cruzes. A AMVOA não foi chamada em nenhum momento pra participar. Nós tomamos a iniciativa, nenhuma das nossas sugestões até agora foi sequer analisada, discordando totalmente do senhor quando coloca que há transparência, não há transparência nenhuma no site da Secretaria de Planejamento. Nós não conhecemos nenhuma das 96 sugestões e propostas. Como é que nós vamos agora aqui falar dessas 96? Então, eu peço a gentileza, então, de, ratificando a colocação da nossa colega Jane, não há transparência. Bom, em relação também ao que foi colocado, obviamente, nós somos da Associação dos Moradores da Vila Oliveira, nós estamos defendendo aquilo que o nosso estatuto manda, que é o bairro da Vila Oliveira. Porém, o que nós estamos colocando não é só pra Vila Oliveira. Vejamos bem, o plano aqui de arborização, municipal de arborização, ele diz o seguinte: Plano Municipal de Arborização - a arborização bem planejada e plantada contribui para a diminuição da temperatura, da radiação solar, melhoria da qualidade do ar. Os bairros mais arborizados são Vila Oliveira, Monte Líbano e Socorro. O que é que vocês estão propondo pra proteção de bairros residenciais, tanto o senhor falou no bairro da Vila Oliveira, o senhor ficou pensando em modificar o zoneamento, fazer uma interligação com outros bairros. Então, na nossa proposta já encaminhada, ninguém conhece porque não foi colocada no site, nós já colocamos sobre isso. Pedimos, então, em ata, que seja colocada a nossa proposta encaminhada por escrito no site da Secretaria de Planejamento. Muito obrigado.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Paulo. Só pra contribuir com a questão da Jane, todo o trabalho do Plano Diretor foi construído pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, por seu corpo técnico, pelos arquitetos que estão aqui, junto com a sociedade civil, pelo corpo técnico da Associação de Engenheiros e Arquitetos e um trabalho dessa magnitude a gente contou com uma equipe de consultoria, onde foi feito um processo licitatório. Ganhou uma empresa que chama Stuchi Arquitetura, São Paulo, onde tem profissionais doutores em urbanismo que nos ajudaram, inclusive, a ganhar esse prêmio do IAB-SP. Com relação, Paulo, às suas sugestões, elas vão ser acolhidas, já tão sendo registradas. Lembrando que, conforme estabelece o regulamento, a gente recebeu durante todo o processo eletrônico que se abriu em abril e terminou agora no último dia 15, várias dessas sugestões que a gente colocou na apresentação. E hoje, a gente tá recebendo ainda novas sugestões. Então, o que vai ser publicado, o próprio regulamento diz: daqui vinte dias, daqui quinze dias a gente vai pôr a ata e vinte dias a gente vai publicar todas essas

sugestões, inclusive aquelas que foram apresentadas pela associação através de um ofício. Todas da população que fizeram, o próprio Caio manifestou que fez duas através do site e todos os outros cidadãos que fizeram. A própria Associação de Engenheiros e Arquitetos também, encaminhou as suas sugestões e todas essas, pode ficar registrado e tranquilo que serão apresentadas e tecnicamente serão manifestadas o acolhimento ou não das sugestões, tá bom? Com relação ao plano de arborização, eu acho que o Plano Diretor traz uma coisa muito importante, não só isso, que é a questão da criação do corredor ecológico, onde o trabalho junto da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e da Universidade de Mogi das Cruzes - eu vejo aqui que vai falar também o professor Ricardo Sartorello, vai poder falar um pouquinho disso, sobre a importância de a gente ter a nossa cidade mais arborizada, os nossos bairros mais arborizados, a questão da proteção e da formação, da contribuição que vai trazer pro nosso município, a formação desse corredor ecológico de conexão entre a Serra do Mar e a Serra do Itapeti. Mas, esse é um ponto importante que a gente tem que pensar no futuro da cidade, a questão, sim, de arborização. Agora...

CAIO VANO - Deixa eu falar só pra esclarecer. Não necessariamente, como o Claudio falou, você dá a contribuição, não há qualquer ilegalidade se você não dispor no site. É um processo administrativo, ele é passivo de consulta. Se for lhe negada a consulta, ou a consulta a qualquer cidadão de Mogi das Cruzes, aí é um ato de ilegalidade. É só esclarecer isso. Publicidade é isso. Não há nenhuma obrigação legal de disponibilizar todas as consultas, os principais trabalhos no site pra dar a publicidade. Tanto é que a lei é arcaica, quando ela foi feita, não tinha nem internet. Então, quer dizer, é tudo em processo físico. Então, eu acredito, porque eu tive essa consulta, não sei os senhores, ao processo administrativo, eu tive acesso e nunca me foi negado vistas a esse processo que eu não pudesse escaneá-lo ou que não pudesse manusear de qualquer forma. E se os senhores for negada, os senhores terão o direito, pode-se recorrer ao poder judiciário a ter vista desse material e poder folhear, poder, tomar anotações, poder fazer o que quiser. Essa que é a publicidade que a lei fala e que a lei exige, do qual os senhores, por aqui, sobre a Associação é aquilo que já foi explanado sobre os editais e tudo mais.

CLAUDIO RODRIGUES - Agora, tá inscrito aqui, o senhor Rogério de Jesus Domingo. Obrigado, senhor Rogério.

ROGÉRIO DE JESUS DOMINGOS - Bom dia. A minha pergunta é simples. A gente deu uma olhada agora em Brasília, tratei naquela previdência que a população tá vivendo mais. O que Mogi tá fazendo pras pessoas que estão ficando um pouquinho mais idosas? Eu moro em Braz Cubas, moro no Mirage, tem vários bairros que eu faço projeto também. Mas tá com problema que a calçada é pequena, tem um metro e meio, é muito declive. Então, se você for querer utilizar a calçada, não dá. Eu já vi duas pessoas do bairro sofrerem acidente por isso. Por que os loteamentos em Mogi é 10X50, 10X30, 10X25, agora são em torno de 7,5X20. Por que tem essa diminuição? Conseqüentemente, as casas acabam sendo menores, cômodos menores, a gente não tem como deixar um ambiente melhor pros próprios moradores. É isso que eu queria saber.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, seu Rogério. Bom, vamo lá. Há uma preocupação, sim, muito do que o senhor está colocando não é exatamente na discussão do Plano Diretor, mas, sim, nas leis sequenciais que seriam a lei de uso e ocupação do solo e na de parcelamento urbano. Dentro do Plano Diretor, a gente tá, sim, com a questão da fragilidade da vida, um exemplo nosso aqui é o dr. Jamil Hallage, de realmente a gente tenha cada vez mais qualidade de vida pras pessoas. E dentro disso, deste olhar, o Plano Diretor ele traz várias questões centrais, até porque ele se estrutura dentro de um desenvolvimento urbano sustentável. Dentro disso, a gente tem várias questões onde que a gente possa ter nesses

bairros, então, tem uma série de instruções nos bairros, da gente identificar realmente, aonde é o bairro Mirage, aonde ele tá, que é um loteamento, com quem que ele se conversa, com a sua localidade e dentro disso, através do mapa que a gente tem aqui, de abairramento, a gente vai poder estabelecer justamente o plano de bairro. Durante as nossas diversas andanças, das mais de 50 reuniões que a gente fez ao longo dos bairros, muitas vezes, realmente é difícil pro cidadão entender a escala de atuação do Plano Diretor, pra efetivamente o que esse Plano Diretor vai vir mudar na vida dele. Então, o Plano Diretor, ele tá trazendo, e se o senhor puder estudar a matéria, se aprofundar, gostar do tema, ele traz lá nos seus anexos, diversos quadros onde estabelecem quais são as áreas mínimas de lote, quais são as áreas mínimas pra deixar permeabilidade, ele traz essas orientações. O próprio Plano traz incentivos agora pra essa construção de cidade, pra que os empreendedores, quando for construir um prédio, possam fazer calçadas mais largas, onde a gente possa, ter, sim, um processo de arborização, a faixa livre, de infraestrutura. Então, é verdade que muito da nossa cidade que existe hoje, ela vem de leis que são muito mais antigas, que trouxeram a possibilidade de ter um parcelamento de solo mais justo, de 5X25, que é o 125m², que o senhor tá falando, onde a gente tem uma cidade cada vez menos ofertada. Eu até discutia ontem isso na Secretaria, que muitas vezes - a Ana é professora, Selmo, muitas vezes o campo da arquitetura e urbanismo se preocupa muito mais com a edificação e menos com a cidade. Então, isso tem mudado muito nas nossas discussões e esse Plano mostra muita preocupação da cidade, justamente pra que a gente tenha quando da implantação de loteamento, as áreas institucionais, as áreas de lazer, pra que a gente possa, sim, ter espaços adequados e agradáveis pra vivência na cidade, tá bom? Depois, se o senhor tiver algum aspecto mais específico, qualquer coisa a gente pode contribuir tudo justamente por a gente ser da Secretaria de Planejamento. Agradeço a sua contribuição, seu Rogério. Agora, nós temos o arquiteto Selmo, pra dar a contribuição dele. Por favor, Selmo.

SELMO R. SANTOS - Bom dia. Não sendo redundante, mas eu sou membro da Associação dos Engenheiros como diretor de arquitetura e urbanismo e também sou vice-presidente do COMPHAP, que é o Conselho do Patrimônio. Bom, as contribuições que a Associação planilhou, fez, foram todas entregues já no tempo hábil para a Secretaria tomar consciência. Inclusive, algumas foram adotadas e já executadas. Eu agradeço demais à Renata que, por sugestão nossa, a gente pediu que fosse feito uma, todas as siglas tivessem e também, Renata, aquele documento que foi feito um anexo - o glossário. Então, o glossário e todas as siglas foram já incorporadas à lei. Imediatamente, assim que eu reclamei, foram atendidas. E eu deixei pra fora, de propósito, pra num ser completo, uma coisa que eu reivindico, que é... O fato é que o decreto dos membros do ConCidade que estão gerindo e fazendo parte, eles são compostos de 24 membros. Esses 24 membros, eles são dez cadeiras do Poder Executivo, com as suas secretarias, 7 movimentos sociais populares, 2 cadeiras de trabalhadores pros sindicatos dos trabalhadores, 2 de entidades de empresas do comércio e de desenvolvimento urbano e 2 entidades do conselho profissional acadêmico e de pesquisa e aí entra uma ONG. Então, essas cadeiras elas podem ser mudadas e é dentro do Plano Diretor que eu tô me propondo a fazer. A propositura nossa é que as características de Mogi, pelo fato da gente contemplar uma cidade que a gente tem uma cidade altamente universitária, com duas universidades, sendo uma delas agora mudando de categoria, mas, pra mim é a Braz Cubas e a OMEC. Então, além de ter essas características, vamos dizer assim, da cidade, eu acho que a representação desses membros precisam ser compostos da forma que a cidade está. Então, eu preferia, resumidamente, passar aqui, mantidos dez cadeiras do executivo, os três membros do movimentos sociais e populares, que o testemunho é que a omissão por parte dessas entidades é palpável; mantidos dois sindicatos trabalhadores, passar a ter três entidades de comércio e desenvolvimento urbano e passar pra cinco entidades de conselhos profissionais e acadêmicos e de pesquisa. Pra poder caber dentro desses, dessas especialidades, as duas universidades, o CAU, o CREA e a própria

Associação. Então, a minha sugestão está aqui, eu já explanei tudo isso e é da forma que eu tô expondo. Eu fiz aqui uma tabelinha só pra ser mais didático, da forma que era e da forma que vai ficar a proposição nossa. Obrigado.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Selmo. O ConCidade está estabelecido no Plano Diretor. No Plano Diretor tem a composição do ConCidade, é isso que o Selmo tá falando, da estrutura, a composição do ConCidade. Queria chamar agora, o Sívlio, contribuição do senhor Sívlio Marques. Por favor, Sívlio.

SÍLVIO AP. MARQUES - Bom dia a todos, quem não conhece provavelmente vai me conhecer por Figurinha, Sívlio Marques. Faço parte de vários movimentos sociais em Mogi e represento aqui, sobre essa questão, o Bairro do Itapety, tô falando daquela região do outro lado da serra lá. Vou fazer a minha colocação e depois vou entregar aqui já em mãos o documento pro secretário porque eu fiz nominal a ele, espero a consideração, e até fazendo uma colocação que é três observação. Sobre questão do abairramento que eu até fiquei irritado com a situação, porque a gente participa vários tempos das oficina e acabaram num levando em consideração. (...) Porque esse negócio do abairramento e o bairro do Itapety desde o ano de 2006, eu tenho participado e tenho feito colocação até pro ex-secretário Chavedar, com as meninas que faz parte aí, sobre a questão do bairro do Itapety, que até seria, eu quero, vim aqui pra me mostrar. O bairro Itapety está esse aqui, aqui ó, está como Moralogia, lá nunca foi Moralogia. Moralogia é uma propriedade do Nobolo, doutor Nobolo, quem conheceu o doutor Nobolo do Hospital Ipiranga, que tem uma propriedade aqui no fundo, aqui, que ele comprou uma área lá e ele acabou fazendo um instituto lá. Comprou um sítio, fez Instituto da Moralogia, estuda moral. Aí, acabou, num sei por que a Prefeitura achou bonito, pessoal aí colocou Moralogia, mas não é Moralogia. É uma referência, acabou também tomando o nome da estrada principal, Estrada da Moralogia, estrada, tudo bem, mas o bairro, nós vamos brigar, porque eu tenho conhecimento de famílias lá, eu tenho documento de mil e oitocentos e alguma coisa e é Itapety com "y". Quem escreve Itapety com "i" tá errado. É com "y" porque é origem indígena. Então, quero deixar bem claro: uma coisa que é o abairramento, quero que leve em consideração, se não levar, eu vou pra justiça e depois eu vou procurar os direitos e vou pro pau. Fazer, então, o pessoal que conhece desde a época do Chavedar, fizemos aí uma luta sobre a questão da macrozona, o Chavedar não aceitou, depois nós fomos brigando, até o vereador que tava aqui xingou até a mãe do outro vereador porque não quis mudar. E é uma pouca vergonha, a Câmara Municipal, 23 vereador não vale o saco que tem no meio das pernas e até uma mulher. Porque é uma pouca vergonha... aquele bando de vagabundos, sem-vergonha (Claudio - 40 segundos, Sívlio) tá OK, obrigado - então eu quero protocolar. E tem outra coisa sobre a questão pra encerrar, consideração sobre a questão do aterro sanitário, não quero aterro sanitário e aqui em Mogi de forma nenhuma, quero novas tecnologias, nossa luta do aterro sanitário e sobre a questão das mineradoras. Porque outra questão também da lei que vai ser revogada que é a 46 e vai passar a ser essa aí, ela foi congelado a ampliação de novas mineradora no bairro do Taboão. Tá aqui esse documento, já estão se encaminhando sobre a questão pro Ministério Público, pra vários órgãos, até pro governador Doria sobre a questão de aterro sanitário. Nós não queremos aterro sanitário em Mogi de forma nenhuma, queremos novas tecnologia, partir da coleta seletiva, reciclagem, tudo que tem pra ser aproveitado. E já pra finalizar, é sobre a questão das mineradoras, porque o bairro do Taboão, quem conhece, é uma pouca vergonha. Não sei como a prefeitura, o pessoal da fiscalização, onde que enfia os óio, nem enxerga a porcaria que tá lá, que logo vai desabar e vai matar um monte de gente naquela situação das mineradora, tô encerrando, dá até pra, sobre a questão de observação, e os órgãos de fiscalização, pra não acontecer o que aconteceu em Brumadinho e Mariana, que é uma pouca vergonha. Brigadão e desculpa e é só sim. Valeu, brigado e espero que o senhor Secretário aí e o pessoal leve em consideração.

CLAUDIO RODRIGUES - Enquanto o Sílvio passa aqui, pra mim, pedir pra levar o microfone pro Ricardo Sartorello. Obrigado, Sílvio. Pode falar, professor Ricardo.

RICARDO SARTORELLO - Bom dia a todos. Bom, primeiro gostaria de agradecer o espaço, acho que é muito importante essa oportunidade de ouvir a todos, cada um tem aqui a sua informação, a sua indignação e acho que é por esse caminho que precisa seguir pra fazer esse Plano Diretor melhor. Bom, da minha parte, vocês já me conhecem, sabem que eu vou falar sobre assunto ambiental. Eu acho que esse Plano traz uma ferramenta importante que é a criação de corredor ecológico municipal, eu queria aqui, destacar a importância da efetivação da criação desse corredor. Então quando a gente fala da importância da Serra do Mar, da importância da Serra do Itapeti e da conexão entre, ainda existente, entre essas duas serras a gente está falando de algo muito frágil, a gente está falando de algo que está à beira de um colapso ambiental. Então, a criação desse corredor na verdade é uma necessidade extremamente urgente e a criação desse corredor depende né..., a ativação desse corredor pra que ele continue funcionar, ou seja, prestando serviços que a natureza nos proporciona, que é, são inúmeros né, são importantes serviços pra abastecimento da cidade, lembrando que nós, aqui, captamos água do Rio Tietê, bebemos a água do Rio Tietê, tomamos banho com a água do Rio Tietê, então, precisamos preservar a qualidade dessa água. Então, não é possível preservar toda essa água sem pensar que a vegetação é fundamental pra filtrar os poluentes, pra fazer toda a parte de proteção das nascentes, proteção das margens, enfim, inúmeros serviços pra agricultura, fundamental à cultura familiar aqui, de repente, de polinizadores. Esses polinizadores, as abelhas, as vespas, elas dependem da floresta. Então, é uma cadeia que tá toda ligada, a gente precisa manter esse corredor vivo. De que forma? Precisa de restauração. Esse corredor na verdade não existe de forma íntegra. Esse "dois" foi desenhado, que é uma linha que ainda aponta algumas áreas que ainda existem de preservação, na verdade, ela precisa ser restaurada. Tem muita área ali que precisa ser restaurada pra que esse corredor de fato exista de uma forma mais inteira e que essa conectividade realmente se mantenha. Então, esse corredor, esse importante desenho que a gente tem, que eu acho que é um avanço significativo pro planejamento municipal, eu acho que podíamos, municípios realmente pioneiros em incorporar um corredor no macrozoneamento, isso é algo a realmente se valorizar aqui no município, mas, resalto - esse corredor só vai existir se houver a restauração e cuidado dessas áreas.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, professor. Agora, gostaria de passar a palavra pra Jean Colmeal. Jean, por favor.

JEAN COLMEAL - Bom dia a todos. Meu nome é Jean, eu sou corretor de imóveis e atuo na minha área já há 28 anos. Comecei como office-boy no meu negócio e, então, eu sou testemunha do crescimento da cidade. Eu voto toda a cidade e o meu trabalho tem ênfase no centro da cidade. Tenho aqui, alguns amigos, alguns clientes e quero, antes de mais nada, parabenizar a sociedade civil organizada que tá aqui, eu acho muito legal esse movimento de organização das pessoas que acabam contribuindo. Eu sofro com isso, sei da minha dificuldade em me associar, mas cá estou ao chamado de alguns amigos, e parabenizar, também, a burocracia, que o município, na pessoa do Zé, que faz um trabalho muito relevante pra sociedade e são pouco valorizados. Eu acredito que sejam pouco valorizados, porque o Zé, eu conheço do balcão há anos e sempre com muita disposição e tal, e isso faz bem pra cidade. Bom, eu atuo muito, eu atuo em toda a cidade, mas eu atuo muito no centro da cidade, no centro antigo da cidade. E eu vejo, de alguma forma, um desperdício ali no centro. Um desperdício de área pronta, de área urbanizada, de área viva durante o dia e quase morta durante a noite. É uma coisa que incomoda muito, porque nós temos lá nosso trabalho, nosso escritório, seis da tarde nós vamos embora e deixamos lá o centro ao léu. Pras pessoas que, infelizmente, hoje, estão desassistidas, pessoas que moram na rua e lá

deixadas ao léu. Então, uma coisa que, um ponto que eu acho que a gente deve reforçar nesse Plano Diretor é a utilização, o reaproveitamento, o olhar para o centro da cidade. Não para o que ele já nos oferece. Porque durante o dia é só nós irmos e sermos atendido pelo centro. Mas, à noite, tá lá, o centro tá lá e a gente precisa levar pessoas pra morar no centro. A gente precisa levar comércio que atendam as pessoas à noite, no centro. Passemos o Teatro Municipal, o entorno do Teatro Municipal poderia ser um centro gastronômico. As pessoas iriam ao Teatro, poderiam comer ali perto, poderiam usar o centro à noite e não deixar lá sozinho, jogado pra quem hoje tá desassistido. Aí, usam os espaços, usam as lajes pra poder se proteger do frio e tal, eu acho uma judiação isso é o que acontece. A outra coisa que eu observo no centro são as propriedades abandonadas. E nós temos, desde a Constituição, a ordem do uso social da propriedade, a função social da propriedade. Uma propriedade não utilizada não cumpre sua função social, seja na área urbana, seja na área rural, e a propriedade, constitucionalmente, tem que cumprir sua função social. Ela não pode ficar abandonada. Nós precisamos instituir no município o IPTU progressivo no tempo. É importante pra nossa cidade, até chegar ao momento da desapropriação. Eu penso que seja porque eu tenho clientes que subutilizam propriedades e a minha luta com eles é essa propriedade não pode ficar abandonada porque ela é antiga. Ela não pode, ela não pode ficar ruindo, você não pode deixar ela ruir. Então, eu acho que, assim, venho aqui e trago a minha opinião nesse sentido. O Plano Diretor ele olha sempre pro, pras bordas da cidade, pra o crescimento, mas a gente precisa muito desse olhar pra dentro do que a gente já tem. E é importante porque esse não é um problema mogiano, é um problema brasileiro, todos os grandes centros. Eu tenho viajado o Brasil, o Caio é testemunha disso, conheci os centros, para entender melhor até a minha cidade, pra conhecer um pouquinho o Brasil, é um problema brasileiro e a gente poderia, agora, com o Plano Diretor que tá sendo discutido, vai entrar em vigor, a gente poderia inovar nesse sentido. E Mogi é uma cidade antiga, com prédios bonitos, com tudo pra gente dar a largada. Eu acho que vale a pena a gente pensar nisso. Brigado

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Jean. Viu, Jean, só a forma de contribuir, acho que a sua fala vem com tudo que a gente discutiu ao longo desse tempo de construção desse Plano Diretor, a questão da centralidade, de incentivo na área central, não só no centro que a gente reconhece, no centro mais tradicional, histórico, mas também na região do Centro Cívico, e a ideia é que a gente tem uma série de incentivos pra que a gente tenha, realmente, habitação, pra que a gente tenha vida, pra que a gente utilize melhor essa área da cidade, que tem um grande potencial. Seja diuturnamente, com a pujança do seu comércio, ou noturnamente, com as possibilidades que a gente pode ter ali. Inclusive (...) urbanísticos também são previstos no Plano Diretor. Você citou um deles aqui, o IPTU progressivo no tempo, a gente tem alguns outros que serão importantes instrumentos pra que a gente possa criar e incentivar essa dinâmica na área central.

CAIO VANO - Jean, excelente colocação sobre os instrumentos de política urbana. Nós participamos na construção desses instrumentos urbanísticos, previstos constitucionalmente. E a grande briga, você sabe que a Constituição prevê a Constituição do Estado, do Município, mas, precisa de regulamentação. Sabe por quê? Por isso que hoje o Brasil, ele não é executado. Foi reforçado pelo Estatuto da Cidade e a grande... uma das coisas que foram acatadas, tornou a sugestão, é que já previsse nesse Plano Diretor, esses instrumentos, tá aqui, ó. É o capítulo 4 do nosso Plano Diretor, ele tem os instrumentos de política urbana. Tem o IPTU progressivo no tempo, parcelamento compulsório da propriedade, tudo por meio... vão ter neles, o processo administrativo, a parte vai ter oportunidade de se defender. Isso foi preservado, zelado pela OAB, foi visto, foi discutido. Essas foram as maiores contribuições da Ordem dos Advogados do Brasil. É por isso que eu falei que o processo teve toda essa construção, teve essa visão e foi acatada. Então, nós

vamos aprovar, não vai precisar de outra lei pra isso. É isso que eu achei bacana, é isso que eu acho bacana desse, porque eu não poderia, se o Plano Diretor quisesse não tratar desse tema, seria um objeto de leis à parte. E, já essa lei complementar tem, prevendo esses instrumentos urbanos, já, desde '88, previsto. Muito obrigado.

CLAUDIO RODRIGUES - Quería pedir pra fazer o uso da palavra agora, o Jorge Luís Coelho.

JORGE LUÍS COELHO - Bom dia a todos. Bom dia, Claudio, todos da mesa. Eu queria fazer só uma participação e agradecer a participação do professor Ricardo que é onde vai, a parte da contribuição dele pega um pouco da minha. Eu, por falta de conhecimento, talvez, não sei como se dá a criação de um distrito e nós fizemos um trabalho há algum tempo atrás, com relação a um levantamento e inventário das estradas, onde nós localizamos várias oportunidades e até contribuição do bairro do Cocuera para o município de Mogi, sobre a questão hídrica. Então, lá é o maior, é um dos principais contribuintes da sub-bacia para o rio Tietê. Então, assim, e hoje ele é reconhecido como um bairro. E eu não sei como se dá a criação ou reconhecimento com distrito. Então, assim, a minha contribuição é a possibilidade de um estudo de tornar o bairro do Cocuera num distrito. Eu não sei se isso o protege um pouco mais ou dá mais condição até pra região. Então, a minha contribuição pra esse Plano é o reconhecimento do bairro do Cocuera como distrito.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Jorge. Sua sugestão cabe, na sugestão do Plano Diretor que a gente faz esse tipo de apontamento, já tá registrada a sua sugestão. Vamos avaliar a possibilidade da identificação de Cocuera como mais um distrito da cidade. Obrigado. Agora, queria pedir para a senhora Cíntia Secario fazer o uso da palavra. Por favor, Cíntia.

CINTIA SECARIO - Bom dia a todas e todos. Pra ser repetitiva, na verdade, eu ia fazer a colocação do Paulo. Se a reunião hoje, a audiência é pra apreciação do Plano, nós não conhecemos essas 96 inserções. Algumas, eu vou participar junto com a Rede Nossa Mogi das Cruzes, e eu vou adiantar que a nossa preocupação maior, apesar de, da pontuação ser de toda a cidade é a questão ambiental. Nós somos uma cidade que tem duas serras muito importantes e a gente vê o inchaço da cidade, então, é o crescimento que não é crescimento, é um inchaço, realmente. Então, a gente vê que aparentemente, a cidade cresce, mas a gente vê uma preocupação muito grande no trânsito, etc., e em outras questões, como por exemplo, o aeroporto, que será construído numa área de manancial. Nosso colega, Ricardo? Ricardo comentou que nós somos produtores de água e aí, a gente tem que ter uma preocupação muito grande com o nosso meio ambiente, porque daqui a quarenta anos a gente pode não ter mais água. A gente tem uma cidade aí no interior que a cidade está todinha afundando, não sei se vocês já viram esse caso, porque não houve a preocupação com os mananciais, a cidade tá todinha afundando, todas as casas estão afundando. E se a gente não tiver essa preocupação, isso vai acontecer com Mogi das Cruzes daqui a pouco tempo. Então, a minha contribuição juntamente com a Rede, foram questões ambientais propriamente ditas. Tem uma luta aí, a respeito de IPTU, mas a gente priorizou o meio ambiente porque é um documento muito grande, muito extenso. Nós, que somos a população, a gente não tem todo o conhecimento técnico, se você sentar e você tentar fazer sugestões em relação a todos os assuntos, então, nós fizemos aquilo que a gente mais apropriada. Eu, como bióloga, também, tive uma contribuição na área ambiental, sempre atrelando a esse crescimento da cidade, com as leis ambientais e as leis de mananciais. E eu gostaria de saber quais foram essas inserções, porque pra gente apreciar, a gente tem que conhecer essas inserções. Então, eu gostaria muito de saber, porque nós procuramos no site, nos documentos da prefeitura e nós não encontramos. A gente sabe que houve, o prazo foi estendido, acabou de acontecer esse prazo, então, haverá uma nova audiência pública?

Já que hoje também teve prejudicada por conta das férias. Eu tenho vários amigos que não puderam estar e eu cancelei compromissos pra poder estar, por conta das férias. Sou professora, então, tô de férias, gostaria de estar viajando, muitos outros estão viajando. Os vereadores, possivelmente estejam viajando, porque é período de recesso. Haverá uma outra audiência, sendo que essa foi prejudicada nesse sentido, pra gente poder apreciar esse documento? Porque hoje não vai ser possível a gente fazer essa apreciação. É isso.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Cintia. Primeiro, registrar... Primeiro, agradecer a sua contribuição, registrar que a gente recebeu realmente um documento muito importante da Rede Nossa Mogi, ele realmente tece principalmente questões ambientais. Nós já encaminhamos esse documento pra Secretaria de Verde e Meio Ambiente que é a nossa, é o nosso grande braço que ajuda a estruturar todos os pensamentos, a construção ambiental dentro do Plano Diretor e, por isso, a gente tem dentro do regulamento, um prazo pra que a gente possa dar essa devolutiva. Então, dentro do regulamento ele fala que em 20 dias da nossa audiência, poderiam algumas contribuições que a Rede trouxe, além de contribuições que podem aparecer hoje, aqui na Audiência, se somar e a gente fazer uma análise e uma manifestação única do que pode ser acolhido, do que não pode ser acolhido e devidamente justificado. Com relação à Audiência, esse é um trabalho que a gente tá fazendo há muito tempo. Um ano e meio de discussão, mais de 50 reuniões, todos que participam de uma maneira direta sabem que a Audiência estava prevista pra esse período, entendo que tem as férias escolares das universidades, das escolas, mas, assim como temos você aqui, que você cancelou seu compromisso - agradeço e enalteço a sua participação como cidadã aqui. Nós temos outra participação, do professor Ricardo, também, da universidade está aqui, a Ana, vários outros professores aqui, então, é um momento de discussão. Até porque a nossa cidade não pode parar e a gente tem grandes discussões a serem abordadas. Inclusive um cidadão, que é o seu José Arraes, do Mogilar, que ele participa muito com a gente, ele participou, se pegar as fotos que estão nos painéis aqui fora, apresenta ele, a participação dele, ele me mandou um e-mail pedindo pra adiar, mas em função de todo o trabalho - ele tá em viagem, no exterior - mas, em todo trabalho que a gente já tem aqui, de compromissos, a própria Audiência tinha sido publicada no jornal ao tempo hábil, antes, a gente não tinha como adiar essa Audiência. E lembrando que, aqui vinte dias a gente vai pegar todo extrato dessas sugestões que a gente recebeu, nós vamos apresentar, colocar disponível no site, os senhores receberão essas informações através do site e, se for necessário, através dos processos administrativos que a gente tem na Prefeitura, pra conhecimento e pra ajudar a construção desse projeto que vai ser encaminhado pra Câmara Municipal. Lembrando, não só a fala do Caio e do nosso vice-prefeito Juliano, que essa é mais uma etapa, o processo não termina aqui. Na hora que chegar na Câmara dos Vereadores, o debate continua. É um processo construtivo que vai se dar até o dia da votação, mas eu agradeço a participação e as suas contribuições, Cintia. Agora, eu queria chamar pra fazer a contribuição, a dona Emilia, a senhora Emilia.

EMILIA DIDZIOKAS - Olá a todos, eu sou Emilia Didziokas, eu sou presidente da Associação dos Moradores do Bairro Beija Flor. Eu não vou falar especificamente do Bairro Beija Flor. Até que foi falado que já é um bairro todinho em área rural. A grande parte do Beija Flor é área de preservação, nós estamos aí na serra, do espigão da serra pra lá. Eu não vou falar do bairro, vou falar de algo que o professor Ricardo falou aqui, que a Cintia falou, que outras pessoas falaram que era questão ambiental, que eu não ouvi nenhuma referência a respeito. A gente fala de arborização, muito bom. Mas, aqui em Mogi, nós temos um problema muito sério, que já existe, já está plantado para qualquer um ver. Nós temos aqui árvores que não deveriam ser plantadas no Brasil. Nim indiano é uma tragédia ambiental. Mata abelhas, mata pardais, porque produz uma seiva tóxica. Só que o animal não sabe, o animal vai lá, se molha todinho com aquela seiva tóxica e o animal morre, a abelha morre, a vespa morre. Eu vou dar pra

Mogi uma boa dica pra pesquisar - a cidade de Curitiba. É proibido, foi proibido plantar espatódea em Curitiba. Mogi tem espatódea pra tudo quanto é lado. Mata tudo quanto é abelha que entra dentro. Sem abelha, a espécie humana não existe, em quatro anos vai deixar de existir. Então, eu tô sugerindo ao Plano de vocês, o que pede, o que se planta, não é arborizar, simplesmente. O que se planta, com que objetivo? Nós queremos, nós precisamos dos insetos, nós precisamos dos pássaros. Então nós não podemos plantar plantas se matam eles. Lá no Beija Flor, eu fico atrás de todo vizinho que eu vejo, espatódea, pelo amor de Deus corta, aí a pessoa morre de medo de cortar árvore porque ele tem medo de ser processado porque cortou a árvore. E fica uma coisa, aqui na cidade tem espatódeas gigantescas. Suja tudo o chão, quando você pega a flor e você abre, eu aconselho aqui quem conhece espatódea, por favor, pega uma flor, abra, veja a quantidade de abelhas e vespas, abelhas sem ferrão, que são as verdadeiras abelhas brasileiras. Não são abelhas africanizadas. Mas, veja, gente, quantas abelhinhas sem ferrão que são os polinizadores, que são os responsáveis pelo nosso prazer alimentar, pela sobrevivência da espécie humana, estão mortas dentro de uma flor daquelas. Dá dó. A gente que se interessa pela questão ambiental, quando a gente abre uma flor de espatódea, a gente tem vontade de chorar. Porque a gente sabe que ali está se construindo uma tragédia. E se falar em arborizar, de se fazer um corredor verde e se não tiver o critério do que vamos plantar, eu dou uma sugestão de plantas o cambuci, é típico da mata atlântica. Nós temos cambucá, nós vamos alimentar vacas, lá na serra, eu faço isso há muito tempo. Nós plantamos, os vizinhos, palmito juçara pra alimentar jacu, pra alimentar vaca, pra alimentar capivara, então, tem que ter critério. Se não tiver critério, a gente não consegue ter um efetivo corredor verde. Nós vamos provocar uma tragédia ainda maior do que já temos.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, dona Emília. Eu vejo ali, que a moça até colocou ali, um cartaz com - Corredores Ecológicos Eficientes. Então, até em função do tema, extremamente técnico, ambiental, pedir pro professor Ricardo e pra professora Lucila, só tecer um pouquinho sobre isso, mais três minutos, só pra contribuir com a discussão e aí, a gente passa pra professora Cíntia. Passa pro professor Ricardo, que conhece bem do tema.

RICARDO SARTORELLO - Bom, eu queria, então, só pra aproveitar esse espaço, essa belíssima contribuição, totalmente verdadeira, a gente precisa pensar realmente, ser responsável pela ação, como fazer essa restauração. Então, o corredor ecológico, sabem, esse "dois" desenhado no mapa, ele, na verdade passa por vários segmentos já existentes e, como eu falei, existe uma fragilidade. Tem muitas áreas que não têm vegetação. E essa restauração tem que ser feita, sim, com espécies nativas e privilegiando, na verdade, a restauração natural. Aqui, existe uma capacidade..., Mogi das Cruzes, esse contato com a Serra do Mar, por que é importante? Por que a gente fala Serra do Mar? Serra do Mar é simplesmente o maior contínuo de mata atlântica do Brasil. Não existe outra área que tenha mais mata atlântica do que esse contínuo que a gente tem contato. Esse contato com a Serra do Mar faz com que ela nos forneça condições de restauração natural. Ou seja, propagam sementes, as árvores trazem, os animais, outros tantos animais trazem sementes, o vento traz sementes e existe condições pra que essa restauração natural ocorra, desde que as pessoas permitam. Algumas outras áreas em que não existe nenhum contato e os animais não conseguem chegar, a restauração precisa ser induzida, por meio de plantios. Então, agora, esse plantio tem que ser obviamente organizado, com espécies nativas, com sementes da região, outra coisa, nós temos quantos produtores de mudas nativas nós temos na região? É uma coisa importante a ser comentada também. Agora as estratégias urbanas são um pouco diferentes. Isso, a gente está pensando nos fragmentos florestais. Nos bairros, a gente precisa pensar em várias questões, não só plantar espécies nativas, que é algo, que pertence à nossa região, está bem adaptada ao clima, mas, também, questões de raízes. Nós temos estudos, vários estudos sobre isso. Quais são as melhores espécies, que não vão

prejudicar a fauna e que vão também se adequar aos usos urbanos: não vai estragar a calçada, não vai crescer demais, atrapalhar a fiação, enfim, então, eu não sou especialista em botânica, mas, nós, da Universidade de Mogi das Cruzes, temos diversos professores, temos uma professora especialista em árvores urbanas, Renata Scabbia que tem uma listagem pronta das espécies, está trabalhando com isso. Então, assim, estamos, de novo, à disposição, então, essa listagem, esse conhecimento já existe. Vamos dar esse conhecimento pra esse Plano e melhorar essa produção, mas é muito bom ouvir esse tipo de colocação.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado pela contribuição adicional, professor Ricardo. Pedir pra passar o microfone pro Túlio Bonfante.

TÚLIO BONFANTE - Bom dia a todos. Eu sou o Túlio, sou engenheiro ambiental, eu vim trazer aqui, na verdade, uma sugestão aí com um tom de apelo pra se dizer, né. A respeito dos dados que são produzidos pela Prefeitura, a gente, eu, particularmente, tive uma experiência interessante, fazendo parte do corpo técnico de São Paulo, participei da revisão do Plano Diretor, foi publicado em 2014, na revisão da lei de uso e ocupação do solo, que foi publicada em 2016 e a gente sabe que essa questão da transparência é muito importante, né. Até gostaria de fazer um parêntese aqui - parabenizar a Secretaria porque tá sendo bem bacana, mas, realmente, essa questão dos dados é interessante, porque é lá que a gente optou, foi uma demanda que surgiu, a gente optou por tomar essa decisão de publicar esses dados de forma aberta, com o dado aberto. Não só um impresso em PDF, dos mapas, mas também, o vetor pra pessoa conseguir abrir. Hoje em dia, a gente tem a tecnologia a nosso favor e quase todo mundo tem aí, pelo menos um smartphone na mão, então, as pessoas usam esse dado. Então, a participação foi muito grande, né, foram disponibilizados, por exemplo, todo o mapeamento foi feito, foi disponibilizado em arquivo KML, que abre no Google. Então, todo mundo tem o aplicativo no celular, ou, se não tem celular, tem no computador, existem várias formas de acessar a Internet. Então, foi muito interessante e a academia agradece isso, porque é difícil, às vezes, conseguir um dado pra fazer um estudo, alguma avaliação ambiental, principalmente, e a população agradece, também, porque a população usa esses dados, né. Existe, às vezes, não tô dizendo que é o caso de Mogi, mas existe um pensamento dentro do órgão, de que as pessoas não têm um preparo pra lidar com esse tipo de informação. Mas, na verdade, isso é uma bobagem, as pessoas usam, sim, esses dados, a gente viu isso na prática, lá. Então, seria muito interessante, se vocês conseguissem pensar numa maneira de disponibilizar essas informações de forma aberta, né. Se não puder ser um arquivo shapefile, às vezes vão falar que é um termo que inibe essa coisa que eu tô falando, mas é uma coisa muito intuitiva pra pessoa trabalhar. O próprio arquivo do Google, KML, KMZ, qualquer um consegue entrar lá no site da Secretaria, clica no arquinhos e abre no seu smartphone, é algo assim super tranquilo. Questão de usos pra Prefeitura, também, é algo que praticamente custo zero, dá pra fazer em software livre, é bem tranquilo mesmo, mais uma questão de ideia. A gente sabe que a correria é grande e o trabalho que dá, fazer a revisão de uma lei, com processo participativo bacana como tá sendo nesse. Dá muito trabalho, mas, realmente, é preciso pensar em abrir esses dados de fato pras pessoas conseguirem trabalhar essas informações. Já aconteceu comigo de eu precisar fazer um estudo acadêmico, aqui, da região de Mogi, eu não consegui os dados, assim, tive muita dificuldade, teve dados que eu não consegui. Não deu pra trabalhar tudo que eu gostaria, tudo que eu precisava, mas, eu consegui por outras fontes, governo do Estado. Mas, fica aqui, um apelo mesmo pra prefeitura, pra pensar nessa questão de abrir os dados de forma digital. A gente tem, hoje em dia, muitas possibilidades de trabalhar nessas informações. Confere também um grau maior de transparência no processo como um todo, evita muitos tipos de problemas que possam vir a acontecer. Então, fica uma sugestão com tom de apelo. Parabéns pelo trabalho!

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado pela contribuição. A sua pontuação é totalmente pertinente porque a gente observou, justamente, a evolução tecnológica de informação de possibilidades que a gente teve do Plano de 2006 pra agora, até pra compor, desenhar esses mapas, até junto com a universidade, essa troca de informação que é importante, e, sem dúvida nenhuma, através dos portais de tecnologia, cada vez mais, a gente vai poder disponibilizar essas informações, pra que qualquer cidadão possa usufruir dessa informação. Você quer falar especificamente disso, ou é outra coisa, Ana? Disso? Passa o microfone pra Ana, só pra ela contribuir.

ANA SANDIM – A Lucila sabe, eu trabalho no CEMASI (Centro de Monitoramento Ambiental da Serra do Itapety) e tenho contato com as pessoas, com o pessoal que trabalhou. Existe um material e está publicado, inclusive tem (...) nas universidades, tem um site que diz quais são as áreas que tem no nosso território. Precisa de uma maior divulgação esse material, existem esses estudos, eles estão com mais de 23 anos, houve participação da Universidade Braz Cubas, houve participação da Universidade de Mogi. O CEMASI teve um papel muito importante no município, né, que seria uma instituição que inclusive deveria retornar porque foi uma parceria que realmente conseguiu mapear as espécies, tanto em fauna, quanto em flora. Assim, eu acho que poderiam ser eles digitalizados como ele mesmo coloca, pra ser disponibilizados ao público.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Ana. No momento, eu só tenho mais uma inscrição, que acho que é do Paulo. Mais alguém, por favor, se deseja fazer o uso da palavra, se inscreva com as meninas aqui, que a minha lista está praticamente terminando. O importante é a gente deixar registrado, também, que a gente recebeu oito contribuições por escrito, do Rogério Domingos, do Auro Malaquias, da Maria Emília, Francisco Arrais, Jorge Coelho, Marcelo Gutierrez, Karen Francisco e Fernando Vieira. Antes do Selmo, o Selmo já está registrado, tem mais alguém que quer fazer uso da palavra antes do Paulo? Então, na verdade, o regulamento traz lá no seu item 14, que cada pessoa inscrita terá direito a uma única manifestação pra apresentação das sugestões ou comentários. Mas, isso é muito mais em função pra gente organizar pra que todo mundo tenha a palavra. Como a gente ainda tem um tempo, não vejo nenhum problema do Paulo se manifestar novamente. Quem quer? Auro? Então, Paulo, vou passar pro Auro porque ele não falou ainda, e aí, na sequência... Rogério, se você quiser falar, só passa aqui, que daí eu marco. Acho que o Rogério quer falar.

AURO MALAQUIAS DOS SANTOS - Bom, bom dia, eu sou Auro Malaquias, sou, estou como munícipe e a minha colocação é em Cezar de Souza, bairro de Cezar de Souza. Eu acho que tem 3 linhas, que eu saiba, temos 3 linhas de ônibus que atendem ao bairro, mas, o problema é que os pontos são um pouco separados. E a minha ideia é justamente nessa, nesse local, existe um grande terreno baldio lá, quase baldio e que, pensando nessas problemáticas, eu, juntamente com o arquiteto Luciano, a gente elaborou uma proposta que é a implantação de uma estação de conexão em Cezar de Souza, da qual fiz um documento junto com o arquiteto e deve tá em mãos do Secretário. Gostaria de agradecer também a abertura desse espaço, a participação tão importante e é isso, muito obrigado.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado pela contribuição, Auro. Agora, passar para o Paulo.

PAULO ERNANI B. SANTOS - Bom, eu achei importante fazer umas colocações agora, porque alguém falou que várias colocações de outros cidadãos, físicas, associações, foi colocado sobre o centro. O centro está abandonado. Então, a requalificação do centro, as melhorias, infraestrutura e tudo mais que precisa é algo muito relevante. Porque inclusive faria com que a intenção de alguns empresários de querer modificar, pegar o uso no bairro da Vila Oliveira, que é o único bairro residencial da cidade de São Paulo (Claudio - de Mogi, no

estado de São Paulo) e aí, então, para que o bairro da Vila Oliveira seja fiscalizado. Não se permita que alguns serviços, comércio, ou mesmo escolas, comecem a entrar através da Manoel Rudge, devagarzinho. Ali é residencial. É um local, inclusive, que tem espécies de animais lá. Tem também o aspecto da paisagem pra cidade, o aspecto histórico e além do mais, quando se fala em sustentabilidade, nós temos que lembrar que o desenvolvimento sustentável não é só um corredor. Faz um corredor e o resto da cidade fica no asfalto e em prédios? Não. Desenvolvimento sustentável, você tenha que ter um, né, social, ambiental e econômico. São três aspectos. Se você acaba com a Vila Oliveira, você vai aumentar o calor na cidade, vai criar uma ilha de calor ali. Então, nós, como moradores, nós temos que ser ouvidos. Você não pode passar por cima da vontade de quem mora naquele local. Nós temos já, mais de mil pessoas que assinaram petição que não quer mudança. Algumas pessoas conseguiram que suas sugestões fossem aprovadas. Nós não fomos, não estamos sendo escutados, só vamos ter a resposta, depois, pelo site dizendo que não foi aprovado. Não, eu acho que a penalização de uma nova audiência é imperativo. Até para que seja a devolutória, seja presencial, para que as pessoas possam contradizer se acharem importante. Um outro aspecto, eu gostaria de deixar aqui registrado é que temos que exaltar a presença dum vereador. Os outros não vieram, mas um veio. Então, a gente também parabeniza quando tem que parabenizar. Então, ele já foi embora, mas, pelo menos, ele esteve aqui. Mas, então, nós pedimos e rogamos que sejamos escutados em reunião com... nem são tantas associações de grupos. Você próprio, o senhor próprio, o doutor aí, são cinco, seis, sete associações, se reúna com cada uma delas e faz ela colocar no seu pleito e discutir face a face, por que não pode, por que pode. Mas, não é assim, sabe, com autoritarismo, dizer, vão passar por cima de você porque a cidade não pode parar. Não é bem assim. A cidade tem que parar quando tem que parar. Esse é o momento de parar. Então, nós ratificamos o que a nossa... o que a Célia colocou. Que seja feita uma devolutória e uma audiência pública pra que essa devolutória seja discutida. Qual o problema de se adiar mais um mês? Isso aí, já num... Obrigado, você.

CLAUDIO RODRIGUES - Deu seu tempo, Paulo, Obrigado. Só da forma de contribuir também, Paulo, totalmente pertinente às questões do centro, da arborização, acho que o processo é esse mesmo. O Plano Diretor olha muito pra isso. E só esclarecer, que todas as pontuações que a gente recebeu, seja da pessoa física do Caio, de vocês, da Associação, através do ofício, da Rede Nossa Mogi, Beija Flor, todas elas estão sendo ponderadas, todas serão esclarecidas. É que as pontuações do Caio foram mais simples e a gente já conversou pessoalmente, como a gente já... alguns de vocês já pudemos conversar, mas, todas seguirão o mesmo rito. Assim, como o Jorge acabou de fazer uma manifestação que não está no produto, sobre a criação do novo distrito de Cocuera, que particularmente, eu acho que é relevante. Uma questão que foi apontada, da criação de dois distritos do extremo norte do município, do Taboão e do Alto Parateí, fazer tudo parte do distrito-sede, isso saiu das nossas reuniões, nas nossas audiências do bairro. Hoje, saiu na nossa audiência, aqui, a questão da criação do Cocuera. Por isso que a gente vai compilar todas essas informações, fechar e a Associação dos Moradores, todas as associações, todos os cidadãos terão resposta, sim, das suas contribuições, o que pode ser acatado, o que não pode ser acatado. Mas, pra deixar isso numa maneira tranquila. Quer falar alguma coisa?

CAIO VANO - Enaltecer a presença e contribuições de todas as associações de bairro, porque a democracia é isso. Nós temos que se organizar em instituições. Porque não dá pra, por exemplo, como o senhor falou, tem uma petição de mil moradores da Vila Oliveira, e não dá, não cabe nem os mil, mas, o senhor representa esses associados. Isso é magnífico, o senhor representa os associados dele, desculpa, não vou conseguir nominar todas aí, que fizeram as contribuições, mas, isso é o trabalho democrático. Isso é maravilhoso! E, com certeza, eu dei o exemplo - foi atendido. A do senhor, tem que ser atendido, porque o meu

não sendo, o senhor não é, a Secretaria... Eu acredito que, como fez com a solicitação de vários aqui, vai fazer com a do senhor. Agora, se for fazer a decisão, é do Executivo, se vai fazer uma outra, da forma que vai responder, se é de uma forma de uma outra audiência, ou se é de uma forma da reunião, chamar (...), esses itens, ou chamar todas as associações, eles vão ver qual que é a melhor solução pra operacionalizar a resposta. Mas, o senhor tem o direito condicional dessa resposta. O senhor tem o direito condicional de propor e o direito condicional... sem dúvida nenhuma e parabenizar vocês pela participação. Nós estamos aqui, (...) porque a sua (...) vai melhorar a cidade pra mim, vai melhorar a cidade pra ele, pode melhorar a cidade pra todos. Isso que é lindo no trabalho, é magnífico o trabalho. Parabéns, mesmo!

CLAUDIO RODRIGUES - Só registrar que a gente recebeu mais uma contribuição escrita, aqui, da dona Lucila Manzatti. Nós ainda temos aí, não necessariamente que seja estendida a audiência, onze e vinte e cinco, a gente tinha colocado no limite, aqui, de meio-dia e trinta e seis, não significa que a gente vai ter que ficar uma hora e onze minutos pra cumprir, mas acho que tem mais alguém, como que é o nome dele? Quem que quer falar, fazer uso da palavra? Rogério... Então vamos passar, porque acho que o Rogério tinha pedido antes, passa pro Rogério, e, na sequência, o Danilo faz o uso da palavra. Por favor, Rogério.

ROGÉRIO DE JESUS DOMINGOS - O que eu queria comentar é que eu fui num setor faz uns três meses da prefeitura, eu acho que era o Meio Ambiente, e como a senhora aqui falou e outro pessoal também, referente à arborização. Eles me trataram muito bem, porque eu queria pôr árvores na minha calçada. Eles foram, tiraram a medição e falaram: aqui, você pode pôr duas árvores. Você não pode pôr árvore que você quer por esse motivo e, assim, nós temos à disposição que são essas aqui, são vários tipos. É uma vermelha, amarela, verde. Eu acharia que se a prefeitura fizesse um, uma divulgação melhor, eu acho que muita gente não sabe, que pode pôr em uma calçada e que vocês disponibilizam mudas pra gente. Eu sei, eu comentei com o pessoal do bairro, até eu tô, eu vou colocar duas, queria pôr três, não posso. Eu acho isso muito importante, que a gente tá tendo muito asfalto, calçada, cimento e a água não tá tendo pra onde correr. E a árvore deixa muito bonito, igual na Vila Oliveira. Por que o bairro é bonito? As casas são boas? São e tem muita árvore. Aquilo é bonito, refresca, fica bem melhor o ambiente...

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Rogério, a gente vai passar essas indicações pra Secretaria do Verde e Meio Ambiente que trata dessas políticas municipais. Passar agora pro Danilo fazer uso da palavra.

DANILO VITORIANO - Bom dia a todos. Me chamo Danilo, atualmente eu sou estudante de graduação na Universidade de Mogi das Cruzes e eu faço curso de biologia, eu também faço estágio na universidade. Eu não sou morador daqui, sou de Suzano, mas, pra quem não sabe, Suzano surgiu de Mogi das Cruzes. E hoje, eu passo mais tempo aqui na cidade de Mogi das Cruzes do que na minha própria cidade. Ou seja, eu criei um carinho, um afeto por essa cidade, me sinto também no direito de opinar. Eu queria pedir, fazer um apelo, pra você ouvirem com carinho a situação sobre os corredores ecológicos, ressaltar a importância que eles tem para a cidade. Quem não é de Mogi das Cruzes, quando você passa pela cidade, é uma cidade bonita, é uma cidade que eu queria morar lá. Mas, porém, se você perguntar pra alguém de Mogi das Cruzes como é Suzano, uma cidade cheia de buraco. Quando você perguntar como é Itaquaquecetuba, vão falar coisas ofensivas. (Claudio - Pessoal, vamos só concentrar aqui, senão o Danilo não consegue falar. Ana...) Só pra vocês valorizarem a quantidade de profissionais que vocês têm da área ambiental aqui na cidade de vocês, por exemplo, o curso de biologia, vocês têm, tá tendo na Universidade da Braz Cubas e também na UMC. Só vai encontrar esse outro curso lá na cidade de São Paulo. Olha só a escassez

de profissionais que está sendo formado. Então, valorizem mais esses profissionais, levem mais informações pra pessoa e faltava também a importância da arborização e do uso correto dessa técnica com o uso de espécies nativas.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Danilo. Queria passar o uso da palavra agora, se inscreveu novamente, o seu Jorge Trípode. Seu Jorge, por favor.

JORGE TRÍPODE - Bom, o Arraes, ele me enviou uma mensagem e gostaria de deixar registrada essa mensagem porque é importante a participação dele. "Espero encontrar em plena sessão da Audiência Pública, que parece que não conseguimos adiar. Ainda ficarei fora de Mogi até o final desse mês. Gostaria, se possível, de utilizá-lo, que fizesse todas as colocações para o Secretário Claudio, pudesse dar melhor explicações sobre os artigos 112 (Planos de Bairro), principalmente o parágrafo 2º do item, do artigo 113, do item 6º do artigo 113. O que quer dizer especificamente o artigo 243? "Os terrenos existentes anteriores à lei que revisar a LOUOS, localizados na Macrozona de Contenção da Urbanização e na Macrozona de Preservação Ambiental em Área Urbana, que possuam dimensões inferiores ao indicado nesta lei e na lei que revisar a LOUOS, poderão utilizar os parâmetros estabelecidos no Quadro 01A, até o limite especificado neste mesmo quadro." Então, gostaria de deixar registrado esse... Só pra terminar aqui, faço coro com as diversas entidades presentes. Se possível, um forte abraço a todos, aos amigos, ao Secretário Claudio e a Renata Harada. Boa reunião a todos.

CLAUDIO RODRIGUES - Agradeça a ele e agradeça a contribuição. Eu só queria, precisava repetir, que eu peguei o artigo 242, tem algum outro, Jorge? (JORGE - é o 243 e tem os artigos 112 e 113 dos Planos de Bairro). Deixa eu começar... Eu tô na página 242, então eu vou falar da 242 primeiro. O 242 fala o seguinte: os terrenos existentes anteriores à lei que revisar a LOUOS, localizados na Macrozona de Contenção de Urbanização e na Macrozona de Preservação Ambiental em Área Urbana, que possuam dimensões inferiores ao indicado nesta lei e na lei que revisar a LOUOS, poderão utilizar parâmetros estabelecidos no Quadro 01A, até o limite especificado no mesmo. O que é que acontece. A cidade... - seu Nilton, seu Nilton, só pedir, se o senhor tiver mais alguma coisinha, ou fazer ali do lado, porque tá atrapalhando um pouquinho a nossa, nossa Audiência. Obrigado. - isso, o que é que tá falando, depois a gente passa isso pro Arraes, mas, Jorge, a questão é seguinte: a cidade é um organismo vivo, enquanto a gente tem a discussão do Plano Diretor, a gente continua tendo licenciamento de outros empreendimentos. A cidade, quando ela estabelece aqui, em macrozonas, estabelecendo o corredor ecológico, as áreas de contenção, os parâmetros urbanísticos ali, serão alterados. Então, terá uma outra dinâmica urbana. Acontece neste momento, a gente tem alguns outros empreendimentos que estão sendo aprovados. Então, esse artigo 242, justamente ele prevê esta compatibilização e garante o direito que aqueles que forem aprovados agora, que eles ainda tenham o seu direito adquirido pela lei atual, tá? Essa é a questão aqui do 242. Depois você falou do 112... 243, ele trata especificamente do Aeródromo Terra Branca, então, aquela... tem aprovação do município. É um aeródromo ali na região sul do município, próximo de Varinhas, ele aparece também na nossa área de intervenção urbana, pra gente dar um tratamento específico pra esse equipamento. Então, 243, ele fala: área destinada a receber o Aeródromo Terra Branca, demarcada no mapa 12, será objeto de projeto urbanístico específico, destinado à criação da respectiva Área de Intervenção Urbana Sítio Aeroportuário. Justamente pra gente ter a devida atenção numa área que é sensível do município. Esse parágrafo tá pedindo atenção nisso. Deixa eu só pegar o 112, aqui, e o 113... Bom, o 112, ele tá dentro da Subseção IV - Dos Planos de Bairro. Então, ele fala: os Planos de Bairro são projetos urbanísticos específicos destinados à transformação urbana, mediante integração de políticas públicas setoriais. Então, um pouco daquilo que a gente já conversou, que a cidade é formada hoje, por loteamentos, e em cima

dos loteamentos a gente tem o zoneamento. Então, muito, quando vocês da Associação dos Moradores da Vila Oliveira e Adjacências falam, a ZOP-3, simplesmente é uma área demarcada dentro do zoneamento, e a gente vai passar, agora, a ter uma força muito maior dos bairros através da divisão administrativa dos bairros. Então, quando você, na sua fala anterior, citou a questão, acho que da, da questão do Jardim Armênia com a Vila Oliveira, é o que a gente tem que justamente olhar, em função da criação desses, desse abairramento. Aí, você tinha citado especificamente algum inciso? Acho que não. Acho que era mais isso do artigo. É muito mais disso, é criação. (JORGE - Deixa registrado do Arraes.) Perfeito. Agradeço a participação dele aí, on-line, a tecnologia, hoje, permite isso. Acredito que daqui dez anos a gente vai tá trans... fazendo, já é possível hoje fazer transmissão via Facebook, Instagram. Agradeço a participação. Eu acho que tinha mais alguém? Ah, o Sílvio. Sílvio, por favor, Sílvio. O Sílvio agora, e depois eu peço o Marcelo. Por favor, Sílvio.

SÍLVIO MARQUES - Mais uma vez... Aproveitando sobre a questão ambiental que eu não falei nada, né, questão ambiental. Eu tenho observado que a Serra do Itapeti agora tem uma lei própria pra preservação, né. E o que eu tenho observado até pra deixar claro aí, às pessoas que é ligado ao, na Secretaria do Meio Ambiente, e vai fazer os artigos sobre a questão de proteção ambiental, fazer uma restrição maior sobre a questão, assim, tipo assim. Na Serra do Itapeti, o cara compra lá, tem vinte alqueires. A fa..., a um das família morre e é dividido, e aí vende um alqueire, ou vende cinco mil metro, dez mil metro, pra essa questão, criar um artigo que não dá possibilidade da pessoa plantar eucalipto. Que ali, tem acontecido, até grandes áreas. O camarada vai lá, planta eucalipto no meio, depois derruba eucalipto, derruba outra vegetação. Então, acabar com esse negócio de eucalipto somente nessas áreas que já tá demarcada, que é de proteção ambiental, a serra, qualquer um dos pontos que tá (...), proibir de todas as formas, plantio de eucalipto ou pinheiro, é uma desgraça, né. E sabemos que aquilo lá é o início pra novos loteamento. Porque o que acontece. Tem um...às vezes a vegetação rasteira ou até uma certa altura, eles plantam eucalipto no meio. O eucalipto cresce 20, 30 metros, quase 30 metros de altura. Aí alguém derruba ou (...) primeira coisa, a estratégia que às vezes vocês não sabem aqui, principalmente pros cortes de eucalipto, a primeira coisa, é que mete fogo. Esses fogaréu que acontece aí, não é que... ah, caiu balão. Mentira. É uma estratégia pra depois eles cortar eucalipto, não ter cobra, cascavel. Tem muita cobra, tem alguma coisa, arma..., às vezes, buraco, essas coisa. Eles vão lá, mete, eu tô falando que eu morei lá, eu sei. Seria as pessoas, os lenhador, e o pessoal que corta lenha, corta eucalipto, que arrasa com aqueles caminhãozão lá, você vê, o cara vai lá pro fundão. Daqui a pouco o cara coloca uma fogueirinha lá no meio do capim, sim, que nem agora, essa época é fácil, mete fogo. Passou um mês, dois meses, você vê as máquinas rodando e motosserra trabalhando. Então, até pra aproveitar, criar aí, um artigo que fecha aí, tira toda essa possibilidade de quem tem propriedade, em área que já tá demarcada, que é de proteção ambiental, área de... desse tipo aí, que ela não tenha, que ela seja proibida plantar eucalipto ou pinheiro, pra poder proteger melhor. Senão, não vai adiantar, porque planta eucalipto, aí depois, corta e o eucalipto é o início pra novos loteamento, aí, a Prefeitura vem e coloca, muda o zoneamento, aí você paga IPTU, aí dança. Valeu! Brigado!

CLAUDIO RODRIGUES - Passar agora a palavra pro Marcelo Gutierrez. Por favor, Marcelo.

MARCELO GUTIERREZ - Olá, (...) sobre temas ambientais, mas ninguém falou a degradação, né. Há dois anos atrás, eu fui fazer um boletim de ocorrência na polícia ambiental, sobre a degradação de uma fonte de um afluente do Rio Tietê. E tipo assim, foi encaminhado para vários órgão, órgãos, chegou na Prefeitura, parou lá. Daí, voltei, perguntei, que é que aconteceu, minha reclamação? Porque é um... declaração do meio ambiente, dum afluente. Falou, ah... ninguém tomou providência. Isso aí, que eu vejo da parte da prefeitura,

que são vários assuntos que foram abordados aqui, mas ninguém toma uma atitude pontual sobre a degradação do meio ambiente. Não sei se a Prefeitura tem alguma coisa que atravança esse sistema.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Marcelo. Sua pergunta é extremamente relevante. De 2006 pra cá, um dos grandes momentos que a gente avançou, a gente passou a ter os planos setoriais. Assim como a gente tem o plano de mobilidade, a gente, hoje, tem o plano de saneamento ambiental. Que reúne tantas questões, as estratégias, medidas públicas, o esgotamento sanitário, abastecimento de água, drenagem urbana, resíduos sólidos, e o Plano Diretor também trata dessa questão específica da área de saneamento, no artigo, por volta do artigo 190, 191. Então, o que é a grande ação? Os municípios, assim como Mogi tem feito, tem que aumentar o seu investimento, para que cada vez mais a gente tenha os coletores tronco pra fazer essas captações desses efluentes, do esgoto, e não vá pras nossos, pros nossos corpos d'água, dentro desse..., do Rio Tietê, que a gente ainda tem muita contribuição. A gente já tem projetos específicos, seja através, direto da Prefeitura, ou através do SEMAE, como o Ecotietê, que vai tratar, agora, uma grande questão, na bacia do Lavapés, na bacia do Corvos, justamente pra receber e tratar justamente através dos coletores troncos esses efluentes. Então, dentro do Plano Diretor, aparece, sim, essas políticas públicas pra que a gente possa, também, evitar essa questão da degradação do meio ambiente, a partir de outra fontes poluidoras, tá bom? ...Nesse assunto mesmo? Nesse assunto, Sílvio?

SÍLVIO MARQUES - É nesse assunto. Até uma experiência aí, (...) fiz a denúncia na Prefeitura e até agora não resolveu nada. Acrescentar mais (...). Nessa mesma denúncia, se é protocolo, o Ministério Público fica aqui na Rua Ricardo Vilela, no começo...

MARCELO GUTIERREZ – Sim, mas é muito cansativo esse tipo de atitude, eu fiz a denúncia e faz três anos, eu vou ficar três anos fazendo um serviço que não é meu, quem tem que tomar a providência não sou eu, eu indico o fato, eu não sou o órgão fiscalizador, o órgão que regulamenta, entendeu? Isso que eu acho errado, faz a função de cidadão e faz papel de palhaço, não é isso?

CLAUDIO RODRIGUES - Marcelo, perfeita a sua pontuação, o Sílvio tá dando até uma outra possibilidade de caminho, mas, respeito, cada vez mais, o poder público, os órgãos fiscalizadores, independente se é do município, do estado, da união, tem que fazer sua parte e é o que o Sílvio tá falando, existe também o caminho, através do Meio Ambiente, várias esferas. Pra gente dar... pra dar sequência, eu tenho a inscrição da professora Jane. Vamo lá! Microfone pra professora Jane, pra gente seguir. Jane, por favor.

JANE R. P. DE LIMA - O assunto é sobre essa união dos bairros ou abairramento, em que a gente se sentiu que a Vila Oliveira está em conurbação com o Jardim Armênia e a Ana disse assim: não, mas isso aí vai ter o conselho, o conselho de bairro, não é isso que você falou? Conselho de bairro, tá na lei. Então, o que são esses denominados conselhos de bairro? Previsto no artigo 113, parágrafo 2º, e artigo 203, parágrafo 7º. Como é que serão instituídos e como será sua composição? Qual a participação dos moradores dos bairros nos respectivos conselhos de bairro? Qual a função desses conselhos e o seu alcance decisório? Como fica a participação da Associação dos Moradores nesses conselhos? Já que a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade garantem a sua participação nas decisões sobre qualquer alteração urbanística na cidade e na área de suas moradias. Então, quando eu disse conurbação, a gente já tem essa conurbação, conurbação em geografia é união, você já não saber mais onde está Mogi das Cruzes e onde começa Suzano, por exemplo. Isso é conurbação. Aqui, conurbação que eu quis dizer dos bairros, é essa união da Vila Oliveira com um bairro, onde já é permitido a construção de prédios e condomínios. Que é o que a

gente luta, a Associação dos Moradores luta contra.

CLAUDIO RODRIGUES - Só pra contribuir com a sua sugestão e apontamento, Jane, é justamente isso. Nesta área consolidada da cidade, os loteamentos já se fundiram um no outro, que é o termo técnico que você está usando adequadamente conurbação, e a gente já tem uma massa única urbanizada. Justamente o plano de Bairro é pra gente entender quais são as características específicas, cada bairro tem uma vocação. Então, nas nossas andanças ao longo do município, as características da Chácara Guanabara são muito diferentes da Vila Oliveira, da Vila Cintra, do Santos Dumont. São bairros com características distintas, até pela sua localização geográfica, pela formação da cidade, pelos investimentos ao longo do tempo em infraestrutura. Então, a ideia que a gente tem, de maneira muito clara, mapeada isso através da proposta de abairramento, quais são esses bairros. Quando a gente fala da visão, justamente desse bairro, da gente criar esse Conselho de Bairro, é justamente que a Prefeitura tem de uma maneira mais ordenada e organizada, essa própria voluntariedade que já acontece com vocês, na Associação. A partir do momento que a gente vai ter o Plano de Bairro, várias associações, ou várias instituições que tem numa determinada localidade, possam se agrupar através desse conselho de bairro e seja uma voz representativa atuante pra que a gente possa, justamente, discutir os planos de bairro, as políticas públicas pra aquela região. Especificamente, se você, você com certeza abriu a minuta de lei, ele fala que esse regulamento, não dá pra gente estabelecer tudo isso num projeto de lei, ele vai ser definido através de regulamento, decreto, junto com toda a participação da sociedade, através do ConCidade. O ConCidade, ele tem essa participação junto, quando a gente discute a lei, de ajudar a instruir, fazer essa regulamentação. Então, a instrução exata de como se dá essa organização desse conselho de bairro tá justamente colocada no artigo 113, no inciso VI, parágrafo 2º: cada bairro ou conjunto de bairros do município contará com um Conselho de Bairro, de caráter consultivo, com atribuições definidas no regulamento, que é o decreto que vai regulamentar o Plano Diretor.

JANE R. P. DE LIMA - Sim, mas vai se respeitar, então, as características dos bairros.

CLAUDIO RODRIGUES - Sim, justamente, é isso. A ideia do Plano, do Plano Diretor, do plano de abairramento, não traz isso, porque a gente tem as características claras e começa a construir políticas públicas dentro da região do abairramento.

ALEXANDRE PARIOL - Apenas complementando, quem que vai defender essas características, por exemplo, vai depender de qual julgamento e quem serão as pessoas, e qual será o nível de participação das pessoas do bairro, sobre a caracterização, porque assim, é muito vago, vai depender da caracterização dos bairros. Mas, assim, eu quero saber exatamente quem são as pessoas que vão definir essa caracterização. Porque como pode ser de cima pra baixo, (...) será assim, ou pode ser, daqui, nós que moramos, nós que participamos, que vamos basicamente colocar. Por isso que nós bastante falamos sobre a questão da caracterização da Vila Oliveira, porque nós moramos na Vila Oliveira, é que nós temos um ponto de vista que parece-me que não é muito parecido com os demais pessoas que nem, ou que, ou pelo menos, ou que intervêm na Vila Oliveira de uma forma financeira, que quer especular, quer criar zonas, por exemplo, de desconforto, da qual nós, que moramos na Vila Oliveira, não temos essa questão. Nós moramos lá, nós queremos algumas coisas no bairro, que nós somos atendidos. Agora, tem gente que quer especular, quer ganhar o seu, o seu vil dinheiro, por exemplo. É isso que nós queremos saber. Quem vai ser, tem isso daí. Eu moro lá, por exemplo, eu acho muito pouco espontâneo, as pessoas que não moram, que quer ganhar grana, que só se preocupam com o dinheiro, contra nós, que moramos lá, que queremos viver a nossa vida como sempre vivemos. É isso. Basicamente.

CLAUDIO RODRIGUES - Só pra eu registrar aqui a fala do senhor, importante, qual que é o

nome do senhor? Alexandre Pariol, não, tranquilo. O senhor tá aqui como cidadão, representante de uma associação, não tem problema nenhum. A ideia, quem vai participar são os cidadãos. Na verdade, é um instrumento, como já é hoje, como é um instrumento muito novo. Mogi não tem bairros. O Plano Diretor, na sua magnitude... Mogi não tem bairros (ALEXANDRE - Não, não, hoje nós não participamos, basicamente...) Vocês estão participando aqui. Deixa eu falar. Só um segundo, senhores. Hoje, a gente não tem uma figura específica de criação do bairro. O que a gente tem, são outras leis, como é a lei de zoneamento, onde a gente tem uma ZOP-3, que é de uso extremamente único residencial, mas a gente não tem a figura exatamente. Foi o que o próprio Jorge já trouxe, quando a gente traz o abairramento, da questão territorial, da gente ter o Jardim Armênia com a Vila Oliveira. A criação dos conselhos de bairro, pra vocês entenderem, é justamente pra que a gente tenha essa construção junto com os moradores. É importante que os moradores façam o uso da palavra, exerçam o seu direito de cidadania e a sua vontade de viver no território. Aí, eu já falei isso noutras audiências, a questão específica de zoneamento será numa próxima etapa desse trabalho onde o Plano Diretor traz as diretrizes urbanísticas de desenvolvimento sustentável pra cidade como um todo, pros dez anos. Nós já discutimos aqui, várias questões de centralidade, onde o incentivo do Plano Diretor vem até próprio pras centralidades, sejam elas consolidadas, sejam elas a induzir, ou sejam elas que precisam ser melhor infraestruturadas. Então, é importante dizer isso, que é muito claro pra prefeitura, isso tá claro no Plano Diretor, a importância desses bairros, do abairramento, da sua organização, até porque a gente possa melhorar a infraestrutura. Não só da infraestrutura que existe hoje na Vila Oliveira, incrementar essa infraestrutura, mas de outros bairros que ainda são tão mais carentes quanto outras localidades. Então, a figura do Plano Diretor traz justamente isso. É o fortalecimento dessas políticas públicas pra que não só através das associações de bairro, a gente tenha, sim, dentro da instituição, a representação através do conselho de bairro, onde, sim, a gente vai passar a ver a construção de planos específicos, onde a gente saiba a escala de desenho da cidade como um todo e desse pra desenhar a escala do bairro, pra poder discutir o que os senhores trataram aqui: da calçada, da arborização, do tipo de comércio que tem, dos acessos, outras questões que são da vida do cidadão e do dia-a-dia, tá bom? Só registrar aqui, o Caio vai dar uma contribuição. Aqui, veio mais uma contribuição do senhor Jorge Trípode, da Associação... Só passar pro Caio, aí, por ordem...

CAIO VANO - Não, é só pra reforçar, que acompanho várias audiências públicas aí, de acordo com a minha atividade. E essa, Claudio, é uma audiência pública onde tá sendo colocada e onde tá sendo, então, a participação popular, o Selmo fez uma, pleiteando a participação popular, os senhores fizeram outra, pleiteando e querendo discutir a participação da, específico da Associação de vocês, a discussão sobre o abairramento. É só acrescentar essa, a proposta de vocês. Então, agora as respostas são com os técnicos. Mas, justamente. O artigo 113, pelo que vi aqui na proposta, vão trazer a Associação da Vila Oliveira ou a Associação de Bairros também se manifestou, tudo... A possibilidade de discutir o assunto do seu bairro. É vocês vão ter voz ali no seu bairro. Então, mas, vai criar. Vocês vão se inscrever. A lei, essa lei não foi nem aprovada. É a discussão do anteprojeto de lei.

CLAUDIO RODRIGUES - Gente, só pra gente organizar, o Paulo vai estar fazendo uso da palavra. Só pra gente organizar, que senão a gente perde um pouco o controle, até pra depois escrever a ata gravada. Paulo, por favor. É melhor até que entregue o microfone lá, fazendo o favor. Ai, desculpa, é que eu pedi pro Ernando ajudar aqui, ele tá com o microfone na mão. Mas, fala, Paulo.

PAULO ERNANI B. SANTOS - Não, a questão toda é a seguinte: no Plano Diretor, o bairro da Vila Oliveira, ele não é efetivamente o bairro nosso da Vila Oliveira. Ele está incluído nesse bairro, uma área que é comercial e tem até edifício. É muito clara a diferença entre

essa área com o bairro da Vila Oliveira nosso. Que eles estão dizendo que é loteamento. Tudo bem, é loteamento. Então, o que nós queremos que este pedaço comercial seja juntado ao Socorro, porque também ele tem muito mais a ver com o Socorro que a Vila Oliveira, só isso. Aí, depois, nós vamos discutir a lei.

CLAUDIO RODRIGUES - Só pra, eu vou passar até pra Maria Lu, obrigado, Paulo. Só pra passar pra Maria Lúcia pra ajudar, só lembrando que, ainda que a gente tenha o bairro, é o que você está falando, tem o loteamento Vila Oliveira, Jardim Armênia, tal, etc. e a gente tá criando, ali, uma geografia, aonde exatamente vai ser o bairro da Vila Oliveira. Nada impede que tenha zoneamentos diferentes. E isso vai ser avaliado na lei de uso e ocupação do solo. Nada impede que uma determinada região de um agrupamento seja estritamente residencial e outro não. Maria Lúcia, eu queria até que você desse uma contribuição pra gente, porque você nos ajuda muito nisso, conhece a matéria com profundidade.

MARIA LÚCIA FREITAS - Bom dia a todos. Claudio, cabe uma explicação. Nós não temos bairros na cidade. Como o Claudio falou, é assim: loteamento residencial, jardim, vila, mas, nós não temos bairro. Esta luz acendeu pra nós na, há dez anos atrás, quando nós tivemos um problema muito sério no nosso censo do IBGE. Nós estamos discutindo políticas públicas territoriais. O Plano Diretor é macro, é da cidade. Todos os macros aqui são da cidade. Por que é que acendeu pra nós, do IBGE? Porque quando nós não temos bairro fundamentado, arregimentado, formalizado, o IBGE faz por um critério chamado ponderação territorial. Então, ele junta proximidades para o censo. É isso que ele faz. O que dá pra nós aqui, nós estamos discutindo lei de uso e ocupação do solo, que não é agora, agora nós estamos discutindo a cidade. Lei de uso e ocupação do solo, nós vamos discutir a utilidade, se é industrial, residencial, predominantemente residencial, que não é este o momento. Não é este o momento. Porém, não que não possa ter a discussão, a gente pode falar o que quiser, mas não é este o momento em que vai sair daqui estas propostas, certo? Acontece que para nós nos bairros, que as pessoas não têm CEP direito. Por quê? Porque não têm o bairro definido. Então, a pessoa não tem CEP. Tem endereçamento postal com dois, três, quatro endereços na mesma rua, certo? Fica difícil até pra gente formalizar política pública. Por exemplo, juntar critérios socioeconômicos territorialmente de coisas diferentes. Qual foi a proposta do abairramento? Foi juntar uma equipe, esse trabalho começou há muito tempo atrás, juntar uma equipe transporte, educação, saúde, o IBGE, cadastro mobiliário e tentar resolver essas questões. Por exemplo, na região sul, muitas propriedades ficavam parte em Pindorama, parte em Quatinga, as pessoas não se reconhecendo. Isso não significa que a lei de uso e ocupação do solo vai pegar um bairro e falar, agora, pode fazer o que quiser, aqui, índice urbanístico. Não é isso. Esta unificação vai levar à política pública, vai fazer essa unificação do CEP, pra tentar dar critérios, inclusive de educação, o setor da educação conversar, setor de saúde conversar, então, é territorialmente, onde é que eu vou com ônibus, até onde eu chego. Porque há denominações que são muito antigas, gente. E precisam ser unificadas. Há outras que são populares e que precisam ser unificadas. Alguém aqui em Mogi conhece Vila Chinesa que não trabalhe com o Planejamento? Não. Mas, no entanto, existe a Vila Chinesa. A Vila da Prata não existe. É um conjunto que não existe. Então, nós temos trezentos e tantos loteamento, vila, conjunto. O Jardim Armênia ele existe do ponto de vista pra vim no seu IPTU. Jardim Armênia, mas, eu não falo pra ninguém que eu moro no Jardim Armênia, tá certo. O conjunto onde eu e a Jane moramos chama-se Conjunto Residencial Estância dos Reis mas, estou falando de 54 casas ou lotes, certo. Mas, a gente não fala de uma região. Então, essa tentativa é uma tentativa pra cidade inteira, pra dar dignidade e nós podemos falar com CEP, com EDP, com SEMAE, com SABESP, porque isso é uma preocupação. Pra o cadastro mobiliário, nós não tamos tirando denominação antiga, elas vão ficar registradas. Eu tô falando nós, porque eu trabalho na prefeitura e participei de um grupo que fez o abairramento. Então, o abairramento não significa lei de uso e ocupação do solo. Desculpe,

só significa região territorial.

CLAUDIO RODRIGUES - Última fala, última complementação do Paulo, depois tem um outro assunto ali atrás, o Ricardo quer falar, fechou? Você vai falar ou não vai? Aí, o Paulo fala, ele passa atrás, pra você, o professor Ricardo vai falar, Paulo, por favor.

PAULO ERNANI B. SANTOS - Veja, é óbvio que ninguém aqui é contra bairros, é óbvio. Somente que o bairro da Vila Oliveira o Jardim Armênia. Jardim Armênia é do Socorro, então, coloca no Socorro. E o bairro da Vila Oliveira é especificamente, característica é residencial. Então, não vejo problema nenhum de CEP, nem nada, esse problema não tem ali. Ao invés de Vila Armênia, Jardim Armênia, não sei, fala Socorro, pronto! E a Vila Oliveira, o mapa, tem que ser um desenho que nós encaminhamos, inclusive, na nossa proposta, que tenha a parte que é característica, a identidade é residencial e a Vila Armênia, Jardim Armênia não tem nada a ver com a Vila Oliveira.

CLAUDIO RODRIGUES - Tá registrado, Paulo, tá registrado. Agradeço, vamos pro próximo assunto.

RICARDO SARTORELLO - Na verdade, é uma contribuição precioso, porque, enfim eu acho que a gente tá vendo aqui uma contribuição interessante, né, por exemplo, o Túlio falou sobre a questão da informação. Então, eu acho que tá, esse é o problema aqui. Então, existe a proposta do abairramento, tá ali, no mapa e qualquer cidadão pode consultar. Só que esse mapa, ele não é fácil de interpretar, saber exatamente onde eu moro, onde estou ali naquele mapa, em que parte do bairro. Tá dividido, sim, mas, não é fácil fazer uma suposição. Não tem ruas, enfim. A sugestão foi disponibilizar esse material em um arquivo que possa ser sobreposto, por exemplo, no Google Maps, Google World, a facilmente ter essa resolução. Eu, tenho conhecimento, eu sou professor de geografia e conheço esse, esse tipo de procedimento e, como morador do Jardim Armênia, me interessei, já há algum tempo em saber, bom, o quê. Qual será o meu bairro, né, nesse abairramento. E eu percebi que eu adoro o bairro do Socorro. Boa parte do Jardim Armênia no abairramento atual está como bairro do Socorro. Então, assim, eu acho que, talvez, alguma das preocupações maiores já pudessem ser esclarecidas com uma, de repente, um detalhamento maior, uma análise, a possibilidade de uma análise um pouco mais clara, né, de quais são os limites do abairramento e eu entendo também que gera um pouco de ansiedade. Acho que o abairramento é estritamente positivo e que o mecanismo agora, e os bairros podem ter associações. Obviamente, isso já acontece, mas, de uma forma mais organizada, de forma inclusive, mais estimulada pro poder público. Então, eu achei que as demandas aqui são totalmente justificadas, mas, eu acho que falta entender melhor qual, vai, são ser esses limites e entender também que a gente tá no começo de processo. Então, a partir de agora, eu acho que a gente pode construir esses conselhos, né, e discutir. E, como foi bem dito, o zoneamento é algo diferente. Nada impede que dentro de um bairro tenha uma avenida comercial e uma parte residencial. Agora, se isso é pertinente ou não, pode ser discutido dentro do zoneamento. Acho que a questão toda é informação.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, professor. Acho que a contribuição é essa mesmo, da gente entender a cidade, discutir. Lembrando que essa discussão vem desde as nossas oficinas, quando eu mandei, mostrei no ano passado, onde todos os mapas foram apresentados, onde vocês tiveram que discutir, alguns não, esse é o momento da audiência, mesmo. De discutir, exaurir essas questões da divisão administrativa do bairro, da criação de um distrito, de contribuições importantes que estão surgindo hoje, aqui. Senhores, são meio-dia e cinco. Nós já discutimos bastante, ainda temos mais trinta e um minutos. Se alguém tiver o uso da palavra, eu abro, senão, a gente vai pras considerações finais. Dona Emília, vai fazer mais uma contribuição, Ana quer fazer também? Então, a dona Emília e na sequência,

a Ana.

EMÍLIA DIDZIOKAS - Bom pessoal, é e não é, em relação ao que a gente tava falando. Na verdade eu queria fazer um convite para o pessoal. É muito bom para nós, a gente ir cobrar do poder público. É dever do cidadão cobrar do poder público. Mas, é dever do cidadão, também, exercer a sua cidadania na ação individual. Eu já faço parte do projeto que aqui em Mogi, nós começamos há pouquinho tempo. Nós tivemos a primeira feira de sementes e mudas, de sementes crioulas, na escola ali, do Beija-flor. Felizmente, foi um sucesso muito grande e nós já vamos fazer a segunda. Então, queria convidar vocês que tão aqui, vai ser feito na escolinha do Barroso, dia 31/08. A ideia da gente é fomentar nessas áreas, que estão mais afastadas do centro da cidade, o plantio de plantas que as pessoas tratam na escola. O projeto principal é plantar na criança a paixão pela semente, a consciência de quanto é importante a gente valorizar o que a gente come. Tudo tem origem numa semente. De uma forma ou de outra, tudo começa com uma semente. Então o trabalho da gente é esse. A gente já faz isso no Ibirapuera, no Parque da Água Branca, no Instituto Butantã. Jamais pensamos esse projeto visto em São Paulo. E eu, como moro aqui em Mogi, eu faço parte desse projeto, nós vamos trazer pra cá. Isso é muito forte no Paraná. É muito forte em Santa Catarina o movimento dos povos quilombolas, no Vale do Ribeira também vai ter pra quem puder participar e se interessar, dia 17 e 18 de agosto, vai ter uma feira muito grande na cidade de Dourados, que é sobre a apresentação de sementes puras, genuínas, alimentos não modificados geneticamente. Plantas alimentícias não convencionais, que a gente passa por cima, na calçada e a gente não sabe que tem valor nutricional. Eu estou convidando vocês, quem quiser participar da feirinha lá no Barroso e, se Deus quiser, nós vamos esparramar para Mogi, eu quero ir para o Parque Centenário, eu quero fazer com Cotia, eu quero levar pra todas as escolas de Mogi. A ideia é de fazer vocês se apaixonarem pelas sementes. Eu conto com a participação de vocês.

CLAUDIO RODRIGUES - A senhora já está incentivando o corredor ecológico, já percebi. Obrigado. Passar agora pra Ana Sandim, aqui na frente.

ANA SANDIM - Bom, eu acho assim, o que eu tinha colocado na primeira fala: cuidado com as bordas. Porque a gente sabe que dentro da lei de uso e ocupação do solo, a gente tinha na lei anterior, que os grandes eixos de dinamização, você podia entrar até 50 metros pra dentro do bairro, fazendo outros usos, pôr então, um prédio, pôr um comércio e não vou falar só da Vila Oliveira, porque a Vila Oliveira também tem essa questão da ocupação que acaba sendo um pouco diferenciada. Então, quando a gente faz esse estudo, eu sei que no Plano Diretor, a importância, justamente desses colegiados de bairro que nós vamos ter, vai ser justamente breçar essa expansão urbana indesejável. Mas, como é um instrumento muito novo, nós não temos notícia no Brasil sobre esse instrumento, a gente teve a notícia nos Estados Unidos, teve na Bélgica, na Suécia. Ele vai ter que ser ponderado, porque quando a gente for fazer essa questão das divisas, que eu to falando que as bordas, por que vai sobrepor os mapas, vai sobrepor o zoneamento, essa questão seja tratada com muito carinho, porque eu creio a gente já tem os eixos, ele já tem expansão como é o caso da Capitão Manoel Rudge, Cardoso Siqueira. O caso do Jefferson, que eu acho que vai ser o mais gritante aqui, algumas zonas e então, certamente, por estarem fora dessa zona central, vão trazer mudanças. Eu ando muito por Taiaçupeba, Biritiba, a gente vê nas estradas o avanço muito grande de comércio, áreas que deveriam ter casas com 350 metros, têm 1500 metros na zona urbana, ou divisa com a rural, que tem que ter 20.000, estão se transformando em pequenos bairros de uma forma muito rápida. Você passa, daqui a dez dias você passa, tem casa nova, tá, a coisa tá indo rapidamente. Então, eu acho assim, que se a gente não prever um plano pra essas divisas, ou uma visão melhor que a gente possa considerar isso, nós vamos ter problema no futuro. Essa mancha que você apresentou, se

que essa questão é importante. Que nem, por exemplo, Mogi, ela tem um aspecto muito importante, qual que é? É o crescimento dela é muito grande. A falta de debate que nós passamos aqui, nós perdemos um tempo precioso e a cidade aumentou sem a gente ter essa expectativa. Por isso, Jane eu acho importante primeiro: eu acho que a gente falou muito pouco sobre o centro da nossa cidade. O centro não é apenas o cartão de visita da cidade. É aonde grande parte de nós permanecemos em todas as nossas atividades. Dentro das compras, desde os passeios e tudo mais. Eu acho que falta um pouco dessa característica que Mogi pode ter. Por isso que eu acho importante a gente voltar pra uma nova audiência pra gente, também, colocar bastante sobre o que nós queremos no centro, porque nós falamos bastante sobre a Vila Oliveira, sobre os bairros, mas, falta de falar bastante sobre a questão do centro. Eu acho que esse aspecto que a colega colocou sobre a questão da semente, do que nós podemos fazer, não teve um debate amplo, é extremamente importante. Que nem, por exemplo, quando a nossa geração deixar a nossa geração pra trás, os que virão, muito pouco vão falar sobre as sementes, por exemplo. Quem de nós se lembra da azedinha? Algumas plantas que existiam e a gente tá perdendo e que pode ser morte de nós falarmos sobre políticas públicas aqui. Então, acho importante, mais uma audiência pública e parabéns, Jane, vamos falar na próxima, sobre o nosso centro, a convivência que nós temos aqui entre nós todos. Brigado.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado. Só deixar registrado mais uma vez, nós já fizemos mais de 50 reuniões sobre esse assunto, já estamos há mais de um ano e meio discutindo sobre esse assunto - por favor, por favor - estou falando que mais a gente já discutiu isso. Essa Audiência foi publicada anteriormente, prevista, ainda, a gente terá outras fases, o processo não está se findando aqui. A gente terá outras fases, terá um momento muito importante, onde todos nós temos que estar juntos, aonde que a Jane colocou que é o encaminhamento ao Poder Legislativo desse anteprojeto de lei, porque, após a fase de discussão através da Audiência Pública, após a deliberação, conforme estabelece o regulamento, na construção deste anteprojeto, a gente tem uma fase na Câmara Municipal que também vai abordar essas discussões. Então, é importante que a gente tenha em mente, todo o processo construtivo que foi feito. A gente não começou esse trabalho no dia de hoje, tem mais de um ano e meio. Esse processo já tem sido falado, ilustrado - todas as fotos que estão lá fora, todas as fotos que foram mostradas aqui, tenho certeza que nenhum dos senhores chegaram hoje, com esse assunto, numa primeira oportunidade, nessa reunião. Todos já debateram, já conversam, entenderam e nós vamos avançar. É o meio de um processo que ainda se estenderá ao longo do segundo semestre inteiro, com certeza, junto à Câmara Municipal. Alguém tem mais uma contribuição, senão, vou encaminhar pras considerações finais. A última fala é do Rogério, por favor, Rogério.

ROGÉRIO DE JESUS DOMINGOS - Queria fazer uma colocação, não sei se cabe... Então, é assim, eu tava fazendo aqui, um cálculo pela internet, como nosso amigo tinha falado, é fácil ter informação. E no cálculo aqui, a gente tem na faixa de 387 habitantes. No bairro que eu moro, eu acho que tem 550 casas, eu sou um. Da Vila Oliveira, tem meia dúzia. Nós, moradores dos próprios bairros fazer a divulgação, também cabe à gente. Eu vim aqui porque eu sempre venho aqui e trago um projeto, trago um outro, pessoal me atende muito bem, graças a Deus. E, o problema é que as pessoas também não querem se informar. Então, é um absurdo, uma cidade de 400 mil habitantes, mas, não tem 100 pessoas aqui na sala. Também, sabe qual é o problema, é que nós... O senhor sabe por quê? Se eu quero me interessar pela cidade, eu não ia viajar. Tem uma senhora aqui, falou que não foi viajar. Então, nós temos que valorizar quem está aqui. Se você está aqui, eu, os profissionais, eles lá.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Rogério. Deixa eu falar pra vocês. Essa é uma realidade

que a gente tem mesmo, tem que ter um amadurecimento, não só na nossa cidade, estado, país, pra que cada vez mais o cidadão participe. Eu vou agradecer a presença de vocês que estão participando, tô olhando aqui a Ana passando ao lado do senhor Jamil Hallage, nosso sempre secretário participando. Ele não falou aqui da questão do Jardim Armênia, onde ele mora, ou da Vila Oliveira, onde ele é morador também, mas sei que ele tem as suas posições. A gente tem que deixar claro é que realmente o processo é participativo, é consultivo, é de propostas. Nós tivemos em todos os bairros do município, vocês acompanharam no início da audiência, dividimos a cidade em 22 territórios, fizemos mais de 50 reuniões, fizemos reuniões de diagnóstico, fizemos reuniões, de proposição com as propostas, fizemos oficinas temáticas aqui, e hoje, estamos aqui, nessa reunião, justamente nessa audiência pública, justamente, através de todos os insumos técnicos, sejam eles os mapas, sejam os textos que foram construídos pra que a gente recebesse novas contribuições. Já nesse sentido, agradeço a presença de todos, eu acho que a audiência foi muito enriquecedora. Eu acho que a gente ganha quando tem visões distintas em prol do incremento da cidade. A cidade de Mogi das Cruzes é uma cidade complexa com qualidades muito distintas, mas é uma cidade que também tem muitas oportunidades. Nós conversávamos essa semana, ainda na prefeitura, sobre a oportunidade que a gente tem de geração de renda, de melhorar o incremento salarial das famílias, da realidade que a gente tem em Mogi, de geração de emprego, geração de renda. Essa é uma das nossas preocupações. Mas, crescer e se desenvolver de maneira equilibrada. A Jane acabou de falar numa cidade próxima à nossa, que faz parte do CONDEMAT, que é Guarulhos. Guarulhos cresceu numa proporção e tem vários desafios. Até pela proximidade de São Paulo. Mogi é uma cidade que ainda tem muitas características que precisam ser preservadas, precisam ser respeitadas e olhar pra frente, pro desenvolvimento. Eu vou passar pra uma consideração final aqui, pra Associação de Engenheiros e Arquitetos, pro nosso presidente e depois passo pros demais membros da mesa.

NELSON BATALHA - Bom, eu tava aqui, sentado observando, acho que fiquei pensando que fosse citar alguma coisa pra Associação, mas, falaram sobre plano, que nosso presidente, aqui, da mesa que responde e algo mais ligados a algumas leis que cabe mais ao doutor falar, porque é área dele, né. Mas, eu observei que, que foi muito aproveitada a oportunidade de hoje, para que se expressassem assim o caso do bairro da Vila Oliveira. Nós tivemos vocês na Associação, né, discutimos o assunto junto com vocês, é louvável o que vocês fazem. No caso do Sílvio, desculpe, do Sílvio que veio brigar pelo bairro do Itapety. Então, isso é muito importante pro nosso processo que ainda não se acabou, quer dizer, ainda vai pra Câmara. Lá, eu vejo que lá é o perigo. Desculpa, que as pessoas falam, mas, eu vejo dessa forma porque nós vimos que o nosso país está dessa forma. Não é Mogi das Cruzes. Então, quando chega lá, então, lá é que é o perigo, não é aqui. Aqui, tá sendo feito, coletado e isto vai para o trabalho. E desculpa de quando eu comecei hoje, falei boa noite. Porque nós, da Associação de Engenheiros, nós não temos tempo de dia pra fazer trabalho, né. Então, nosso trabalho é sempre à noite. Então, eu deixei no automático, gente, peguei, falei boa noite. Mas, tudo bem. Mas, é bom pra todo mundo, tá. Era só isso. E boa noite pra todo mundo.

CLAUDIO RODRIGUES - Obrigado, Nelson. Passar pro doutor Caio que representa o ConCidade, representante da OAB nessa Audiência Pública.

CAIO VANO - Olha Claudio, muito obrigado, agradeço a contribuição de todos. É extremamente enriquecedor e eu fico feliz de morar numa cidade onde as pessoas vêm e trazem suas ideias, debatem as ideias. Aqui, agora finalizando, ninguém é inimigo de ninguém. Somos todos moradores, um bairro tem seu... isso que é importante a gente ficar na mente: um bairro tem seu pleito, outro bairro tem seu pleito. Vimos diversos pleitos

diferentes de diversos bairros e estão defendendo seus interesses. É isso que é a democracia. É, em prol da cidade. Em prol da cidade. Isso é, isso é maravilhoso, né. Estou no ConCidade, represento a OAB, não faço parte do Executivo, não faço parte, mas a gente vê. No que eu disse, a participação popular é isso, tem voz. As respostas... vocês fazem os pleitos e tem que ir atrás das respostas, né. Cabe ao, a quem vocês fizeram dar a resposta, aí, tem que ir. Eu não vi o edital, o que é que eu faço como repre... Eu represento a OAB em vários conselhos. Mas, por que você consegue - antes a OAB ainda não tinha - o que é que eu faço? Todo mundo não entra no Facebook quantas vezes ao dia? Eu entro no site da prefeitura, eu entro na CETESB, eu entro nos conselhos que me interessa. Quando é que é a votação? Os conselhos são compostos de eleição e votação. Eu vou lá, e cabe acompanhar, porque ninguém vai bater na minha porta e falar: ó, você quer participar do ConCidade? Não, eu fico acompanhando todo... Chego lá no Executivo e falo, ó, quando é que vai ter a votação do ConCidade? Dia tal, é previsto em lei. Vai te informar. É dia tal, dia tal, tem a conferência nacional da cidade, vai ser a votação, você vai ter a oportunidade de se inscrever, aí, inscreve sua associação e tudo, tudo isso. Eu tô dando as dicas como advogado que sou, pras associações aí, que às vezes, não têm uma assessoria jurídica, porque algumas não têm fim lucrativo, é difícil, né. Então, são essas dicas que eu posso passar, e vocês, que estão se inscrevendo no conselho de bairro, a mesma coisa. Pergunta pro Executivo, quando é que vai ser e quando será as votações e a oportunidade de inscrição. E, finalizar, essa é uma etapa apenas inicial do processo. Na Câmara, na verdade que são... o Executivo é que... é redundante, mas ele executa as coisas. Agora, no Legislativo é que tem o debate final. Lá também, tem oportunidade de ser feita a Audiência Pública. Por que só no Executivo? Tem previsão, na lei orgânica, na constituição, as audiências públicas no legislativo. Tem as reuniões das câmaras técnicas no legislativo. Então, cobrem! Vocês votaram em algum vereador. O vereador que vocês... Não é possível, dentro de uma associação com mil moradores, um votou num vereador e não foi eleito. Ou, mesmo que não foi eleito, são seus representantes agora, ganha a maioria. Então, essa deficiência na representatividade da audiência é cultural. Quem mora em condomínio, vai numa reunião de condomínio. Pra decidir o patrimônio direto dele ali, na contribuição de condomínio, você tem lá cinco por cento, dez por cento, sou advogado de vários condomínios. É essa a realidade do Brasil, que tá mudando. Isso, com vocês aqui, nós estamos mudando essa realidade. Parabéns, na verdade, parabéns são pra vocês, é da cidade, é para nós que moramos nela, quem mora na cidade. Mas, parabéns pra vocês, com contribuições, que sendo (...), nas convicções, propondo os debates, vamos ter as respostas, e o jogo vai seguir. Tem uma outra etapa lá na frente pra vocês cobrarem os nossos representantes. Muito obrigado, boa tarde, passando do meio-dia, boa tarde a todos, até mais.

SANDER REZENDE - Não falei nada até agora, mas, só pra esclarecer, como participante desse trabalho todo, né, essa parte da audiência pública, eu acho que é um momento só. A audiência e a consulta que foi feita, não era interesse mesmo a gente trabalhar na parte da consulta on-line, responder na audiência, porque vai ser tudo junto, tudo vai ser tabelado e qualquer coisa que a gente não acatar, vai ser justificado, vai dizer por que que não foi, entendeu? A gente tem essa obrigação, entendeu, de dar uma justificativa de qual que é a nossa ideia. Uma outra coisa, da Vila Oliveira, que a gente, tudo bem, a gente pode ver realmente, essa área, esse redesenho, mas, por exemplo, não vai, a Vila Oliveira não vai ficar um bairro estritamente residencial de casas, porque a gente tem aquela quadra entre a Cruzeiro do Sul e o cemitério, onde pode construir prédio. Não tem hoje, porque ninguém teve interesse, mas, pode, há muitos anos, desde 2683, que é o nosso zoneamento anterior, pode construir prédio. A região perto da Cardoso Siqueira também pode fazer prédio, entendeu? Não tem, porque ninguém teve interesse, mas, tem, hoje, pode no zoneamento, na 2683 já podia. Então, assim, eu não vejo justamente o problema em ter prédios no bairro da Vila Oliveira. Não, então, o que eu estou dizendo é que você pode ter uma estritamente

residencial no meio, entendeu? Uma coisa não elimina a outra. Não, só tô falando que (...) não pode e que deve ter prédios. Só tô falando que na zona onde vocês mesmos determinaram como Vila Oliveira, hoje pode prédio. Na 7200 hoje, ela pode. Não, não tô falando na ZOP-3 que é área estritamente residencial. Tô falando nesse entorno que é ZOP-2, hoje, entendeu? Que vocês mantiveram como Vila Oliveira. Porque essa discussão será na lei de zoneamento. Acho que o importante é isso: vocês têm que participar da lei de zoneamento, que é onde vai ser determinado isso.

CLAUDIO RODRIGUES - Gente, só pra gente concluir, esse e outros assuntos da cidade, a gente vai discutir muito, ainda. Hoje só foi mais um, uma parte do capítulo. Só pra ficar expresso, eu vou ler novamente aqui, os itens 20, 21 e 22 do regulamento, que são os que exatamente a gente vai atender e cumprir agora, nos próximos dias. O 20: a Secretaria de Planejamento e Urbanismo ficará responsável pela divulgação e publicidade da Ata da Audiência Pública, tornando-a disponível no site da Prefeitura em até 15 dias após a realização do evento. Só um pouquinho, Selmo, só pra gente... Então, a gente, neste item fala que pra vocês acompanharem, nós estaremos aqui, trabalhando normalmente, disponíveis a todos, mas, em até 15 dias a ata vai estar disponível no site da prefeitura, no Planejamento, no site específico do Plano Diretor. E a gente vai informar isso via jornal, rádio, televisão. Item 21: todas as propostas de emenda ao Anteprojeto de Lei Complementar que aprova o Plano Diretor do Município de Mogi das Cruzes e revoga a Lei Complementar nº 46, de 17 de novembro de 2006, deverão ser anotadas em formulário próprio, foi o que aconteceu aqui, e encaminhadas para apreciação, ou aquelas que foram feitas de foram oral, competindo à Administração Pública, por meio das Secretarias envolvidas, responder fundamentadamente quanto ao acolhimento ou não das alterações sugeridas, foi o que o Sander pontuou agora, no final, e, se for o caso, ofertando respostas em até 20 dias úteis da data da Audiência Pública, conjuntamente com as respostas às sugestões encaminhadas pela população durante o período de Consulta Pública, que teve início em 29 de abril de 2019 e término em 15 de julho de 2019. Então, daqui 20 dias, a gente vai ter disponível, em 15 a ata e, em 20, o resultado de todas as sugestões, tudo de maneira clara, transparente, fundamentado do que foi acolhido, do que eventualmente não foi acolhido. O item 22: o Anteprojeto de Lei Complementar que aprova o Plano Diretor do Município de Mogi das Cruzes e revoga a Lei Complementar nº 46, de 17 de novembro de 2006, com as alterações pertinentes, deverá ser publicado no sítio eletrônico da Prefeitura e deverá permanecer pelo prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de divulgação das respostas ofertadas, sugestões coletadas durante o processo de Consulta Pública e na Audiência Pública, aguardando manifestações a respeito de eventuais modificações introduzidas. Versão impressa da minuta de anteprojeto de lei complementar com as alterações pertinentes também estará à disposição dos interessados para consulta no Departamento de Uso e Ocupação do Solo da Secretaria de Planejamento e Urbanismo, no 2º andar do Prédio Sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes, por igual período de tempo. Então, o que é que eu peço aos senhores: sendo publicado o material final, após acolhida ou não as sugestões, é claro que muitas das coisas aqui, debatidas serão analisadas e serão acolhidas. Mas, nem todas poderão ser acolhidas, inclusive, muitos assuntos que a gente fez aqui, não são nem atinentes à lei do Plano Diretor. Mas, sendo feito isso, leiam, façam a leitura, façam a revisão e se atentam ao prazo. O regulamento traz claramente esse prazo de cinco dias, pra eventualmente, trazer sugestões. Porque, mesmo que, ainda assim, a prefeitura entenda, através de seu corpo técnico que não seja possível atender, isso é encaminhado pro poder legislativo, está registrado no processo administrativo de construção do Plano, e, ainda vai ser debatido na outra esfera, junto ao Poder Legislativo e etc, tá bom? E o que é importante, o Caio ressaltou aqui, essa é uma audiência pública feita aqui, pelo Poder Executivo. Ainda, a gente vai poder ter e teremos outras audiências, junto do Poder Legislativo, tá bom? Fincado isso, exatamente meio-dia e trinta e seis, como havia combinado, britanicamente! Nós

agradecemos a presença de todos, saudamos a todos e damos um bom final de semana e encontramos à disposição pra este assunto e os demais da nossa cidade. Bom final de semana a todos!

O Secretário de Planejamento e Urbanismo, Claudio Marcelo de Faria Rodrigues, encerrou a Audiência Pública às doze horas e trinta e seis minutos. Eu, Ofelia Suzuki, funcionária da Secretaria de Planejamento e Urbanismo, fiz a transcrição da presente Audiência Pública.